



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

STÉFANNY HONORATO LEANDRO

ORGANIZAÇÃO DAS CRECHES NO DISTRITO FEDERAL (1970-1980)

BRASÍLIA

2020



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

STÉFANNY HONORATO LEANDRO

ORGANIZAÇÃO DAS CRECHES NO DISTRITO FEDERAL (1970-1980)

Trabalho Final de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título Licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB.

Orientadora: Prof.^a Dra. Etienne Baldez Louzada Barbosa.

BRASÍLIA

2020

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Honorato Leandro, Stefanny
L437o Organização
das Creches no DF (1970) / Stefanny
Honorato Leandro; orientadora Etienne
Barbosa Baldez Louzada. -- Brasília,
2020.

64 p.

Monografia
(Graduação - Pedagogia) -- Universidade
de Brasília, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS CRECHES NO DISTRITO FEDERAL (1970-1980)

Trabalho Final de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título Licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB.

Aprovado em: 10 de Dezembro de 2020

Prof.^a Dra. Etienne Baldez Louzada Barbosa. – FE/UnB

Orientadora

Prof.^o Dr. Antônio Villar Marques de Sá

Examinador

Prof.^o Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos

Examinador

Dedico este trabalho à minha família, em especial, aos meus pais, Heronides e Maria Mary, eles que sempre acreditaram que a educação é a melhor herança que pode ser deixada aos filhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por todas as bênçãos alcançadas. E a Virgem Maria, minha mãe e intercessora, por guiar os meus caminhos.

Agradeço à minha família, por todo amor, carinho e por sempre apoiar os meus sonhos, especialmente aos meus pais, Heronides e Maria Mary, meus maiores incentivadores e meu irmão Hebert, que tantas vezes foi exemplo no esforço e dedicação para realizar seu sonho.

Ao meu esposo, Alex por estar ao meu lado em todos os momentos, mesmo nos mais difíceis, por me apoiar e me mostrar que eu sou capaz de realizar muitas coisas. Aos meus filhos, Tomás e Benício que acompanharam toda essa fase e sempre me receberam com abraços cheios de amor e carinho.

Agradeço minha orientadora Etienne Baldez, por toda sua dedicação, sua paciência infinita, por todo apoio e por não me deixar desistir, com toda certeza foram essenciais para a realização desta etapa.

Aos meus colegas de curso, por compartilharem comigo ensinamentos, expectativas, angústias, alegrias e vitórias. Em especial, aqueles que se tornaram grandes amigos e que compartilharam todos os momentos da graduação do trote até a formatura.

Aos professores da UnB, por todo o conhecimento compartilhado e a todos servidores da Faculdade de Educação pela ajuda nos momentos de ajustes.

*Quando vejo uma criança, ela
inspira-me dois sentimentos:
ternura, pelo que é, e respeito
pelo que pode vir a ser.*

(Louis Pasteur)

RESUMO

Acompanhar a constituição da creche no Brasil é se atentar, certamente, à década de 1970, considerada pela historiografia como cenário das reivindicações dos movimentos sociais e feministas de luta por creche, principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Ao localizar um padrão local de luta por creche e por qualidade nesse espaço, surgiu a questão que deu origem a esse trabalho: no Distrito Federal existiram movimentos de luta por creche? Na busca pela resposta, o objetivo do presente trabalho é identificar e analisar a organização das creches no Distrito Federal, também na década de 1970, buscando confrontar as ações nacionais com as locais. No esforço de compreensão da constituição do atendimento a bebês e crianças bem pequenas em creches, fundamentou as discussões teóricas nos estudos de Campos (1999), Kuhlmann (2007), Oliveira (1988) e Rosemberg (1992), por permitirem uma contextualização histórica sobre o tema. Em paralelo, realizou-se buscas por estudos científicos nas em diferentes bases, tais como: ANPEd, Capes, BDM/UnB e Scielo. As fontes que auxiliam na interpretação histórica sobre a existência de um debate sobre creche em Brasília foram encontradas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com as notícias e reportagens sobre creche no DF publicadas no jornal *Correio Braziliense* é possível apontar que havia um debate sobre creche, fazendo eco ao que já se encontrava em outros estados do Brasil.

Palavras-chave: Creches - Distrito Federal - Luta por Creches- Movimentos de Luta. *Correio Braziliense*.

ABSTRACT

To follow the constitution of the day care center in Brazil is to pay attention, certainly, to the 1970s, considered by historiography as the scene of the demands of the social and feminist movements fighting for day care, mainly in the states of São Paulo and Rio de Janeiro. When locating a local pattern of struggle for day care and for quality in this space, the question that gave rise to this work arose: in the Distrito Federal there were movements of struggle for day care? In the search for an answer, the objective of the present work is to identify and analyze the organization of daycare centers in the Distrito Federal, also in the 1970s, seeking to confront national and local actions. In an effort to understand the constitution of care for babies and very young children in daycare centers, theoretical discussions were based on the studies by Campos (1999), Kuhlmann (2007), Oliveira (1988) and Rosemberg (1992), for allowing historical contextualization on the topic. In parallel, searches for scientific studies were carried out in different bases, such as: ANPEd, Capes, BDM / UnB and Scielo. The sources that assist in the historical interpretation of the existence of a debate about day care in Brasília were found in the Digital Library of the National Library, with the news and reports about day care in DF published in the newspaper Correio Braziliense. It is possible to point out that there was a debate about day care, echoing what was already found in other states in Brazil.

Keywords: Day Care - Distrito Federal - Fight for Day Care - Fight Movements. Correio Braziliense.

LISTA DE SIGLAS

Anped	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Educação
BDM	Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cilt	Centro Interescolar de Línguas de Taguatinga
CEI	Centro de Educação Infantil
CreUnB	Creche a Universidade de Brasília
Cepi	Centro de Educação da Primeira Infância
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DF	Distrito Federal
DNcr	Departamento Nacional da Criança
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GDF	Governo do Distrito Federal
HDBN	Hemeroteca Digital Brasileira Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPAI	Instituto de Proteção e Assistência à Infância
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAS	Programa de Avaliação Seriada
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SEEDF	Secretaria de Educação do Distrito Federal
UnB	Universidade de Brasília
UDF	Universidade do Distrito Federal

Lista de quadros

Quadro 1 – Busca na Biblioteca BDM. Palavra Chave: Creches.

Quadro 2 – Busca na Anped. Palavra Chave: Creches e luta por creche.

Quadro 3 – A creche em artigos científicos.

Quadro 4 - Creches privadas.

Quadro 5: Creches filantrópicas.

Sumário

MEMORIAL	12
INTRODUÇÃO	16
1. O FILHO NÃO É SÓ DA MÃE: A MOVIMENTAÇÃO POR CRECHE NO BRASIL.	26
1.1. A história da Creche no Brasil.	26
1.2. Movimentos de lutas por creche no Brasil.	38
2. A CRECHE NO DISTRITO FEDERAL: A CRECHE NAS PÁGINAS DO JORNAL.	41
2.1. “Onde deixar meus filhos? ”	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56

MEMORIAL

Nasci no dia 29 de março de 1997, sábado, após a sexta-feira santa. Sou brasiliense, filha de Heronides e Maria Mary, dois nordestinos que vieram em busca de uma vida melhor na capital, meu pai paraibano de Campina Grande, minha mãe piauiense de Água Branca. Conheceram-se aqui em Brasília e tiveram dois filhos: eu e meu irmão Hebert. Quando nasci, minha família morava num barraco construído por madeira e lona na Cidade Estrutural. A região se formou devido a uma invasão de catadores de lixo próximo ao lixão e foi crescendo com a chegada de pessoas de vários estados, que não tinham casa própria. Alguns meses depois, meus pais foram atendidos pelo Programa de Assentamento, com um lote no Recanto das Emas, região administrativa localizada a 25,8 km de Brasília. Em outubro do mesmo ano nos mudamos e hoje, vinte e três anos depois, meus pais vivem no mesmo lugar. As lembranças que eu tenho é de uma infância feliz, muito ligada ao processo de urbanização da cidade. No início das obras de saneamento básicos na região, nós brincávamos dentro das manilhas de concretos e o dia mais feliz foi quando asfaltaram a porta da minha casa.

A minha vida escolar começou aos quatro anos, quando entrei na escola. Era uma escola chamada Coelhinho Feliz, era um lugar escuro e quente, ficávamos no puxadinho feito de tábuas e com cadeirinhas pequenas de madeiras. Essa escola era um projeto social, onde as crianças ficavam para os pais trabalharem. O espaço era todo improvisado e não tinha licença da Secretaria de Educação para funcionar. Todos os meses recebia inúmeras denúncias para que fosse fechada, a tia Paula, a dona da escola, lutou longos anos para que o projeto não fosse fechado, mas desistiu depois de virar um caso judicial. Na região tinha apenas duas escolas públicas de ensino fundamental e a educação infantil era oferecida apenas em escolas particulares. Aos cinco anos fui para outra escola, chamada Arco Íris, onde a nossa sala de aula era a garagem da casa. Tinha em média quinze alunos por período. Aos seis anos, ingressei no Centro de Educação Infantil 304, escola pública, onde vivi as maiores descobertas da infância. A escola ficava um pouco longe da nossa casa, uns sete quilômetros, e não tinha transporte público para ir. A solução que minha mãe encontrou era me levar na Kombi que fazia transporte irregular, saímos cedinho e durante as aulas minha mãe aguardava na escola. Antes do fim da aula nós íamos embora, pois depois do meio dia não tinha mais transporte. Com a falta de transporte

muitas crianças estavam faltando e as mães, em sua maioria, precisavam trabalhar e não tinham como levar as crianças ou com quem deixa-las. Se uniram e organizaram um abaixo assinado para que colocassem ônibus para nos levar até a escola. Fizeram uma manifestação e apareceu até uma emissora de TV para registrar. A resposta da administração é que não era possível fornecer o transporte. Por fim, depois de muito pressionar o administrador, o governo disponibilizou três ônibus. Lembro com carinho do motorista e da monitora que cuidavam de nós durante o trajeto.

A estrutura da escola era toda adaptada às nossas necessidades, cadeiras e mesas pequenas, refeitórios, rampas de acesso, parquinho, parque de areia e muito espaço para correr. Durante o processo de aprendizagem comecei a imaginar que ao crescer seria uma professora, jornalista, bombeira, médica e cantora. A nossa professora Verônica fazia-nos acreditar que tudo era possível com a educação. Tenho boas lembranças desse período, algumas histórias e músicas ainda estão guardadas na memória.

No ano seguinte, fui para o Centro de Ensino Fundamental 802, onde fiquei oito anos. Essa escola era bem diferente do CEI 304, a estrutura era feita para abrigar alunos do fundamental 1 (1ª a 4ª série) e fundamental 2 (5ª a 8ª série). Os anos nessa escola foram de muitas histórias, aprendizagens e amizades que guardo até hoje. Alguns professores marcaram essa caminhada, a professora Joelma, a professora da primeira série, a qual me acolheu na nova fase e que me dava muitos gizes para brincar de escolinha na rua, a “tia” Regina que ensinou como usar o “m” antes do “p” e do “b” e o meu querido professor Ernesto que despertou a vontade de ensinar. Os professores do fundamental 2 também contribuíram para a escolha da docência em especial a professora Elaine e o professor Tiago que sempre acreditaram que a educação era transformadora. Os anos se passaram e finalmente chegou a hora de ir para o Ensino Médio.

Durante o Ensino Médio estudei no Centro de Ensino Médio 804 e os professores não eram motivadores como no Ensino Fundamental. Uma história que marcou foi a de um professor, que nos falou algo como “Olha, a probabilidade é metade da sala ser caixa de supermercado e a outra parte empacotador”. Nós estudávamos muitas coisas relacionadas aos conteúdos das provas do Programa de Avaliação Seriada - PAS, Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e para o vestibular. Ao fim do primeiro ano realizei a primeira etapa do PAS, não foi como o

esperado, havia muito conteúdo que não tinha sido visto. A segunda etapa foi razoável e o sonho de entrar na Universidade continuava.

Um pouco depois, meu irmão conseguiu entrar na UnB pelo ENEM. Foi um sonho realizado para toda família. Os nossos pais acreditam muito na educação. Desde cedo foram os maiores incentivadores, cobrando dedicação e esforço, talvez por terem começado a trabalhar muito cedo em uma época onde educação era luxo, nos ensinaram sempre que o conhecimento é a maior herança que alguém pode deixar. Agora tinha um exemplo próximo de esforço e persistência para realizar um sonho e acendeu mais ainda a vontade de ingressar na graduação.

Durante o terceiro ano muitos amigos tinham desistido da escola, muitos não acreditavam que eram capazes de entrar na UnB e desmotivavam quem tinha isso como sonho. No decorrer do último ano do ensino médio, a dúvida sobre qual curso escolher era um duelo entre Letras- espanhol e Pedagogia. O amor pelo espanhol sempre falava mais alto, devido ao curso que fiz durante seis anos no Centro de Línguas de Taguatinga e a Pedagogia era um amor que estava sendo despertado pelo trabalho voluntário que fazia na Igreja, com crianças entre quatro e dez anos. A única certeza era que queria licenciatura. Optei por Pedagogia, pois o curso era diurno e estava completamente encantado. Em 2015, saiu o resultado do PAS/UnB e o meu nome apareceu na lista de aprovados para cursar Pedagogia.

Ingressei no curso e convivi com excelentes professores que despertaram o amor pelo ensinar e compartilhar conhecimento. No fim do quarto semestre, me casei. A rotina mudou um pouco, nada que atrapalhasse os estudos. Em 2017, engravidei do meu primeiro filho, Tomás. Entre enjoos e tonturas concluímos o semestre. Na metade do semestre seguinte entrei de licença maternidade e começou o conflito entre maternidade x graduação. Foi muito difícil conciliar o puerpério com todos os exercícios domiciliares. Com o apoio da minha família, do meu esposo que assumia os cuidados do bebê e me incentivou a não desistir da graduação, consegui vencer essa etapa.

Em 2018, voltei para UnB. Tomás tinha apenas três meses e poucas creches recebiam um bebê dessa idade, as que recebiam cobravam muito caro para meio período e o medo de uma mãe de primeira viagem me fez querer largar a UnB. E, mais uma vez, meu esposo e minha mãe não deixaram e assim minha mãe se dispôs a ficar com ele durante o horário da aula. No primeiro dia fui e voltei da UnB chorando,

nesse período não estava conseguindo me dedicar a UnB como queria, porém, dei o meu melhor. Ainda no mesmo ano, quando o Tomás tinha 6 meses, fiz a inscrição para concorrer uma vaga na creche no Recanto das Emas.

Em 2019, com a chegada do Benício, meu segundo filho, durante a licença maternidade, dessa vez sem fazer exercícios domiciliares, comecei a pensar em como seria a volta para a UnB, agora com duas crianças pequenas. Escrevi os dois na creche, mas, novamente não fomos contemplados. Segundo o site da Secretaria de Educação, a região conta com seis Centros de Educação de Primeira Infância - CEPI, públicas, que atendem crianças entre zero e cinco anos. As vagas disponíveis não são suficientes para atender a demanda da região. A luta por creche é um antigo problema em muitos estados pelo Brasil e fazer parte do cenário de mães que não conseguem vagas em creches, despertou o desejo de compreender a organização das creches no Distrito Federal. Buscando compreender o movimento de luta por creche.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o intuito de pesquisar sobre a configuração das creches no Distrito Federal. Para tanto, toma como início do recorte a década de 1970, período demonstrado na historiografia como um momento de articulação entre mães e entidades sociais, que configurou o que identificamos nos estudos científicos movimento de luta por creche para suas crianças. A creche é muitas vezes lembrada como um local em que as crianças ficam e recebem cuidados durante o expediente de trabalho dos pais. De origem francesa, *crèche*, segundo Oliveira (2011), significa “manjedoura” e destinavam a atender filhos e filhas de mães trabalhadoras, pobres e em situações de vulnerabilidade, buscando oferecer amparo e assistência, vestindo, alimentando e dando guarda e proteção às crianças. E, para muitos, os cuidados das crianças era obrigação apenas do seu núcleo familiar, exercido pelas mulheres da família. Como Rosemberg (2013 s/p) explica: “num sentido mais amplo, a responsabilidade sobre o cuidado e a educação das crianças recai sobre as mulheres que potencialmente estão envolvidas: avó, tia, babá, entre outras figuras femininas.” (Rosemberg *apud* Barbosa, Flores, Silva, 2018).

Na década de 1970, o movimento feminista ganhou força pelo mundo, como Teles (2015, p.24) pontua: “vivia-se o auge da segunda onda feminista no mundo”. As mulheres lutavam pelo direito de decidir sobre temas diversos como igualdade de gênero, sexualidade e liberdade. No Brasil não foi diferente. Teles (2015, p.24) explica: “no mundo e também no Brasil, as mulheres passaram a conduzir bandeiras que reclamavam o direito de decidir sobre o próprio corpo, colocavam as questões do plano pessoal no campo político”. Segundo Teles (1989), o ano de 1975 foi nomeado pela Organização das Nações Unidas como o Ano Internacional da Mulher, sendo realizada a 1ª Conferência Mundial da Mulher. Após a conferência, as mulheres brasileiras tornaram-se ainda mais presentes no movimento de luta e pelas cidades do Brasil foram surgindo núcleos feministas.

As mulheres participaram intensamente desses movimentos, seja através de organizações que lhes eram próprias (como os clubes de mãe, vinculados ou não à Igreja Católica) ou de associações para todos (Sociedade Amigos de Bairro, por exemplo). A partir de 1975, com a decretação pela ONU do Ano Internacional da Mulher, vão surgindo também no país núcleos feministas. (Rosemberg, 1984 p.76).

Rosemberg (2015) explicita que o Movimento de Luta por Creches foi oficialmente criado em 1979, durante o 1º Congresso da Mulher Paulista. Nele, uma das reivindicações foi a luta por creche. “Esta é justamente a principal reivindicação do Movimento de Luta por Creches: creches diretas totalmente financiadas pelo Estado e que tenham a participação dos pais na sua orientação. Isso significa a única possibilidade da comunidade poder interferir” (Rosemberg, 2015, p.178). Teles (2015) pontua que o objetivo central do 1º Congresso Paulista da Mulher foi a criação de creches públicas e gratuitas para crianças de 0 a 6 anos, nos bairros e nos locais de trabalho das responsáveis (as mães).

Como é possível indicar, havia um cenário de luta por creche na década de 1970 no Brasil. Mediante essa primeira constatação a pergunta que deu início a este trabalho foi: existiu um movimento de solicitação/luta por creches, por espaços públicos para a educação e cuidado da criança pequena junto ao governo no Distrito Federal? Partimos da hipótese de que, em Brasília, possa ter ocorrido o mesmo movimento de luta por creche, ecoando o já visto no Brasil em outros estados. O objetivo geral é compreender como se configurou a organização das creches no Distrito Federal na década de 1970. Seguindo o exposto, três são os objetivos específicos: 1) mapear os estudos acadêmicos que se voltaram para a constituição das creches por meio da intervenção feminina, dos movimentos sociais; 2) analisar a luta por creche no cenário brasileiro, nas décadas de 1970 e 1980 e 3) identificar no panorama regional a configuração de um movimento de luta por creche.

O recorte temporal aqui escolhido abarca a década de 1970 no Distrito Federal por compreender que, diante do cenário nacional de luta por creche, pode ter sido nesta década que se iniciou o debate e as solicitações dos responsáveis pelas crianças de creche para deixá-las quando se dirigissem ao trabalho. Este trabalho, de cunho historiográfico, utiliza como fonte para compreender a luta por creche no Distrito Federal o jornal *Correio Braziliense*, disponibilizado pela Biblioteca Nacional, por meio da Hemeroteca Digital.

A metodologia de pesquisa pode ser identificada como bibliográfica e documental. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa seguirá também com base documental, usando como fonte documentos oficiais e reportagens de jornal. Materiais que ainda não receberam tratamento

analítico, sendo que a diferença entre ambas está na natureza das fontes. Como demarca Gil (2008):

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2008, p.51).

Para dar conta do proposto neste estudo, o caminho de pesquisa bibliográfica contemplou quatro bases de pesquisa: a BDM (Biblioteca de Mídia Digitais da Universidade de Brasília), a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Scielo (Scientific Electronic Library Online) e a Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), com o GT 02 e 07, de História de Educação e de Educação da criança de 0 a 6 anos, respectivamente. A dinâmica de pesquisa envolveu a seleção de palavras e expressões chaves (creche, luta por creche, creche no DF), tendo como recorte de leitura a produção científica entre os anos de 2014 até 2019. Na primeira base, a BDM, não foi encontrado nenhum trabalho sobre o movimento de luta por creche, todavia, muitos estudos do curso de Pedagogia se voltaram para a creche em geral, com diversas temáticas, tais como aparecem no quadro 1, em ordem decrescente de publicação.

Quadro 1 - Busca na Biblioteca BDM Palavra Chave: Creches

Ano	Título	Autor
2019	Os processos de alimentação na educação infantil: estudo de caso sobre a prática no ambiente escolar com crianças de três anos	Freitas, Gisele Karolina Nascimento de
2019	Projetos político-pedagógicos das creches conveniadas: análise à luz das orientações da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal	Fernandes, Fernanda da Silva
2018	A ação pedagógica dos monitores que atuam nas creches conveniadas com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal: equilíbrio entre o educar e o cuidar	Gutierrez, Eduardo Alfonso Andrade
2018	O que os bebês fazem na creche?	Rodrigues, Rute Cristina
2018	O auxiliar na educação infantil: mero assistencialismo ou profissional necessário?	Mosti, Samantha Lemos
2017	A creche e o desenvolvimento das atividades musicais, de dança e desenho da criança pequena	Pereira, Giselle P. de Oliveira Matias
2017	As interações professora/bebê/objeto na creche: o bebê em evidência	Santos, Kelly Bispo dos

2016	Cuidar e educar na creche: concepções das professoras de bebês de 0 a 1 ano	Souza, Hélia Samara da Cruz de
2015	Educação em e para os direitos humanos em creche: algumas reflexões e propostas de atuação	Pereira, Agnes Miyashiro
2015	O processo de inclusão na creche	Gois, Paula Rodrigues Oliveira

Fonte: BDM/UnB – organizado pela autora

A rápida leitura pelos títulos já nos permite identificar que os trabalhos tratam de áreas importantes dentro da realidade das creches, tais como: inclusão, prática docente, binômio educar e cuidar, atuação dos bebês, alimentação e proposta pedagógica. Em seu trabalho, Freitas (2019) caracteriza a forma como se dá os objetos e o uso convencional dos objetos no contexto educacional nos processos de alimentação na educação infantil, “quando falamos de objeto, falamos das convenções culturais e regras de uso que cada um dos utensílios possui” (Freitas 2019 p.15). A pesquisa foi construída por análise de diálogos e ações dentro de uma creche.

Já Fernandes (2018), teve como objetivo identificar se as creches conveniadas, localizadas na Região Administrativa do Gama (DF) seguem as orientações específicas para elaboração do Projeto Político Pedagógico disponibilizadas em documento da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). “Os resultados obtidos a partir dos objetivos propostos demonstram que os projetos político-pedagógicos das creches conveniadas têm similaridades com as recomendações do documento”. (Fernandes 2018, p.54).

Outros trabalhos buscaram compreender as relações construídas nas creches, como Rodrigues (2018) que analisou as interações triádicas entre professora-bebê de zero a um ano-objeto, em atividades lúdicas na creche. A pesquisa foi realizada em duas creches conveniadas a SEEDF e os resultados demonstraram o lúdico como presente nas atividades coletivas. Pereira (2017) analisou a musicalidade na creche, observando as mudanças corporais das crianças a partir de DVD com músicas internacionais e teve como objetivo “verificar como vem sendo trabalhada na creche a musicalidade e as expressões da criança pequena na dança e no desenho” (Pereira 2017, p.39) e os resultados sinalizaram a necessidade de oferecer mais trabalhos musicais com bebês nas instituições.

Por sua vez, Santos (2017) explorou a tríade bebê-adulto-objeto no contexto da creche, com crianças entre 8 meses a 1 ano e 3 meses. A pesquisa foi realizada no Centro de Educação Infantil de Brasília, creche pública. A pesquisa revelou “que o objeto foi usado como mediação das ações sociais entre os bebês, pelo fato de facilitarem a interação social” (Santos, 2017, p.30).

O estudo de Gois (2015) discorre acerca da inclusão em creches brasileiras, busca compreender como ocorrem os planejamentos e se atendem às necessidades específicas dos alunos com necessidades educacionais especiais. A pesquisa foi realizada no Centro de Educação da Primeira Infância (CEPI), da cidade administrativa de Santa Maria (DF), acompanhando e observando a rotina de um aluno com ANEE (Aluno com Necessidade Educacional Especial). Os resultados das observações mostram que “acontecem práticas pedagógicas inclusivas que favorecem o desenvolvimento de crianças com necessidades educacionais especiais”. (Gois, 2015, p.55).

O trabalho de monitor e do auxiliar também foi objeto de estudos. Mosti (2018) demonstra a função e atuação do auxiliar em sala de educação infantil, por meio de coleta de dados que aconteceu no Centro de Educação Infantil em São Sebastião (DF) e com a aplicação de questionário a duas professoras. Os resultados do levantamento “mostram que o auxiliar é necessário no contexto da Educação Infantil para melhor atender as crianças, porém ainda não tem definição exata sobre sua atuação, sendo visto muitas vezes como mero assistencialista” (Mosti, 2018 p.48).

Gutierrez (2018) analisou a ação pedagógica dos monitores que atuam nas creches conveniadas com a SEEDF, observando se estão favorecendo o equilíbrio entre educar, cuidar e brincar. Os resultados desse trabalho demonstraram que o cuidar e educar se encontram dissociados. Pereira (2015) propôs reflexões e ações possíveis para trabalhar com educação em e para os direitos humanos, cidadania e diversidade. Como foi possível até aqui acompanhar, apesar da creche no Distrito Federal ter sido objeto de pesquisa de um número de monografias, não foi possível localizar, nos últimos cinco anos, uma que tenha se voltado para a constituição dela e a relação com o movimento nacional de luta pelo atendimento à crianças menores de três anos nesses espaços. Na Anped, o movimento de pesquisa foi o mesmo e o quadro a seguir demonstra os resultados dos trabalhos encontrados utilizando as palavras-chave: creches e luta por creches.

Quadro 2 - Busca na Anped por Creches e luta por creche.

Ano	Título	Autor
2018	A luta das mulheres por igualdade passa pelo direito dos bebês e das crianças bem pequenininhas à creche de qualidade.	Maria Carmen Silveira Barbosa, Maria Luiza Rodrigues Flores e Marta Lúcia da Silva
2015	Movimentos sociais e a luta por creches no Rio de Janeiro: a Experiência das Creches Comunitárias em São Gonçalo	Maria Tereza Goudard Tavares,

Fonte: Anped – organizado pela autora

O texto de Barbosa, Flores e Silva (2018) é um boletim publicado no site da ANPED, com o objetivo de refletir sobre a luta pela cidadania e pelos direitos das mulheres, traçando um cenário através de alguns escritos de Fúlvia Rosemberg. O trabalho de Tavares (2015) atualiza a luta dos movimentos sociais, em especial o *ArtCreche* da cidade de São Gonçalo, traçando um diálogo entre autores que fizeram observações do movimento popular de luta por creche na década de 1980.

No site da Capes, a busca pela palavra-chave *luta por creches* retornou um resultado nos últimos cinco anos, com o trabalho de Diniz (2018), intitulado *O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo (1972-1988)*, que analisou as experiências e a memória dos Clubes de Mães para assim entender o papel do Clube de mães na formação e articulação dos principais movimentos sociais. Enquanto a busca por *creches* obteve 172 resultados entre teses e dissertações nos últimos cinco anos, utilizando o filtro grandes áreas: Humanas e Educação. Sobre essa última, a pesquisa evidenciou a ocorrência de trabalhos que se voltaram para a creche, realizando um recorte do cenário em municípios brasileiros, como em Curitiba (Mantaguete, 2017), Fortaleza (Furtado, 2016), Goiás (Costa, 2016), Juiz de Fora (Zanetti, 2015), Manaus (Batista, 2018), Ribeirão Preto (Rocha, 2015), Salvador (Araújo, 2015), São José do Rio Preto (Fernandes, 2017), Sorocaba (Faria, 2015), São Paulo (Camaru, 2019).

Na última consulta, à Biblioteca Científica Online (SciELO), a busca pela expressão *luta por creches*, utilizando o recorte temporal dos últimos dois anos, não obteve nenhum resultado. Em seguida a busca por *creche*, obteve resultados demonstrados no quadro 03, foram também encontrados artigos, quais não se enquadravam na linha de pesquisa tais como creches para animais.

Quadro 3 – A creche em artigos científicos.

Ano	Título	Autor
2019	Branquitude e creche: inquietações de um pesquisador branco	Santiago, Flávio
2019	Impacto da Creche para a Interação Mãe-Criança e para o Desenvolvimento Infantil	Becker, Scheila Machado da Silveira; Piccinini, Cesar Augusto
2019	Avaliação do estresse e do desempenho de suínos na fase de creche, empregando-se técnicas de enriquecimento ambiental	Bezerra, B.M.O et al.
2019	Trabalho e saúde de professoras e monitoras de creche pública no município de Vitória da Conquista, BA, Brasil	Silva, Daniela Almeida de Jesus; Souza, Katia Reis de; Santos, Gideon Borges dos.
2019	Frequência de enteroparasitos e de soropositividade para <i>Toxocara</i> spp. em crianças de uma creche pública do Sul do Brasil	Araújo, G. M. S. et al.
2019	Entre a fazenda e a creche bíblica... o policial. Uma análise etnográfica sobre o cuidado infantil em contextos rurais de Orán, Salta	Leavy, Pía.
2018	Na creche, cuidados corporais, afetividade e dialogia	Guimarães, Daniela; Arenari, Rachel. Simiano
2018	A documentação pedagógica como narrativa peculiar na creche	Simiano, Luciane Pandini.
2018	A Produção Científica Nacional na Área de Educação Especial e a Creche	Vitta, Fabiana Cristina et al.
2018	Qualidade na creche: um estudo de caso múltiplo em Portugal	Pereira, Mónica Dias; Azevedo, Nair Rios; Brito, Ana Teresa..
2018	Docência na Creche: o cuidado na educação das crianças de zero a três anos	Arenhart, Deise; Guimarães, Daniela; Santos, Núbia Oliveira.
2018	Integrative literature review: sleep patterns in infants attending nurseries	Cerqueira, Ana Carolina et al
2018	La enfermera en Guarderías/ Jardines de Infancia: perspectiva de los profesores de una Escuela Superior de Enfermería	Pereira Garcia Galvão, Dulce Maria.
2018	Abertos para estabelecer uma relação de confiança: estudo sobre as representações dos pais portugueses acerca da Creche	Assis, Mónica; Tadeu, Bárbara.
2018	Prácticas de crianza en la sala cuna y en el hogar: un estudio de caso	Bravo Soto, Astrid.

Fonte: Scielo - organizado pela autora

As pesquisas relacionadas ao tema creche abarcaram várias questões. Em seu trabalho, Santiago (2019) trouxe suas inquietações sobre branquitude e os privilégios das crianças brancas. É uma pesquisa etnográfica, com crianças de zero a três anos, em uma creche pública de São Paulo.

O impacto da creche no desenvolvimento da criança foi objeto de estudos de Becker e Piccini (2019), que investigaram a influência da creche na interação mãe-criança e no desenvolvimento infantil nos dois primeiros anos de vida, envolvendo 44

crianças e suas mães, com a hipótese inicial de que as crianças que frequentam a creche teriam escore mais alto do que aquelas que não o fazem. O resultado da pesquisa não confirmou essa hipótese.

Em outra investigação, Assis e Tadeu (2018) trouxeram as opiniões dos pais portugueses sobre os objetivos, práticas, relação pais-educadores e o impacto da creche no desenvolvimento da criança e os resultados da pesquisa indicaram que os pais valorizam os relacionamentos afetivos e consideram a creche como um ambiente que promove o desenvolvimento da criança.

O cuidado e as relações de afetividade foram abordados por Guimarães e Arenari (2018), através de uma pesquisa etnográfica no berçário de uma creche pública, que buscou compreender as manifestações afetivas e as possibilidades dialógicas na relação professor-bebê na creche. A pesquisa apontou como é delicado e exigente o trabalho com os bebês na creche e que o diálogo como os bebês não é feito apenas por palavras, o corpo que comunica suas emoções.

A relação entre o trabalho e a saúde de professores foi o tema tratado por Silva, Souza e Santos (2019) ao realizarem uma pesquisa quantitativa sobre esta relação no município de Vitória da Conquista, Bahia. O resultado apresentado foi que aspectos como precarização, sobrecarga, intensificação do trabalho e conflitos de gestão podem refletir sobre as condições de saúde das educadoras e afetar as atividades e o sentido do cuidar e do educar as crianças.

Arenhart, Guimarães e Oliveira (2018) trouxeram questões de uma pesquisa institucional, investigando os sentidos da docência na educação das crianças de zero a três anos. A pesquisa ainda estava em andamento, e ressaltam a importância de ouvir as professoras a fim de perceber os sentidos que elas dão à docência com os bebês a partir do olhar sobre a própria prática e do compartilhamento de sentidos.

Artigos com revisão de literatura e produções científicas também apareceram em nossa busca, como o de Vitta, *et al* (2018), que descreveram a produção científica na área de Educação Especial com crianças entre zero e três anos, nos últimos 25 anos. Cerqueira *et al* (2018) revisou literatura e evidências sobre o sono dos lactantes que frequentam a creche.

Alguns trabalhos são de outras áreas como o de Galvão (2018) objetivou conhecer o ponto de vista dos professores de enfermagem sobre a atuação de enfermeiros em creches e jardins de infância. Araújo, *et al* (2018) investigaram a

frequência de infecções parasitárias intestinais em crianças de uma creche na cidade do Rio Grande, onde evidenciaram que a renda baixa e o nível de formação dos pais foram fatores em comum entre as crianças contaminadas.

O levantamento bibliográfico aqui apresentado evidencia que muitos são as pesquisas que têm tomado a creche e questões a ela concernentes como objeto de análise, o que enriquece o conhecimento sobre a primeira fase de desenvolvimento da criança de zero a três anos na educação infantil. É claro que os estudos até agora apresentados foram encontrados dentro de um recorte temporal específico e com palavras-chaves determinadas, o que não nos permite excluir outras ocorrências e discussões existentes. É possível identificar que os estudos que se voltaram para a questão histórica de constituição de creches no Brasil, mais recentes, estão concentrados em teses e dissertações.

Mesmo não sendo as ocorrências até aqui encontradas a totalidade de estudos sobre a creche, o cotejamento entre todos e autores que têm se dedicado à histórica da creche permite apontar que existe um consenso de que a creche surge no Brasil como um direito da mulher trabalhadora – considerando a legislação trabalhista de 1943 – e que o reconhecimento desta fase de desenvolvimento da criança muito pequena como um direito da mesma e de sua mãe foi posto na Constituição Federal de 1988. Mas, essa configuração legal não se deu sem um debate e pleito de forças femininas na política de educação infantil no Brasil, ainda que não existisse um consenso entre pesquisadoras (es), ativistas, parlamentares, movimentos populares sobre uma proposta única sobre a creche e suas funções. (Rosemberg, 1984; Souza-Lobo, 1991; Delgado, 1995; Campos, 1999; Rosemberg, 2008; Faria, 2005).

Seria a creche o campo somente do cuidado e da assistência? Ou seria campo educativo? Como isso seria gerido? E as empresas, garantiriam o espaço em suas dependências para as crianças muito pequenas filhas das trabalhadoras e dos trabalhadores? São questões que os estudos sobre a configuração histórica da creche no Brasil têm evidenciado. E, mesmo os apontados aqui na introdução, retomam alguns aspectos históricos da configuração da creche durante a discussão proposta. Todavia, como pode ser até agora aqui observado, não foi possível localizar nenhum estudo que tenha se voltado para a história da creche no Distrito Federal ou, em específico, a luta por creche na década de 1970, em Brasília. Nesse sentido, o presente trabalho contribui para um vislumbre deste aspecto – a solicitação/exigência

de creche em Brasília – por meio das páginas do jornal *Correio Braziliense* e de documentos públicos.

Feita esta primeira apresentação das intenções deste estudo, é pertinente informar que ele se divide em dois capítulos. No primeiro, *O filho não é só da mãe: a movimentação por creche no Brasil*, a intenção é apresentar o debate nacional sobre os movimentos que ecoaram a necessidade de creche para bebês, crianças menores de três anos, na década de 1970 no Brasil. No segundo capítulo, intitulado *Creche no Distrito Federal: a creche nas páginas do jornal*, o objetivo é compreender, por meio das notícias do periódico *Correio Braziliense*, a configuração das creches e se ela se dá diante de um movimento feminino ou de forma institucionalizada pelas empresas existentes em Brasília.

1. O FILHO NÃO É SÓ DA MÃE¹: A MOVIMENTAÇÃO POR CRECHE NO BRASIL.

No Brasil, com a crescente demanda de cuidados com as crianças, surgem as primeiras instituições como forma de amparo e cuidado. Como já demonstrado, a palavra creche é de origem francesa, representando o espaço de atendimento às crianças filhas de mulheres trabalhadoras que não tinham condições financeiras de arcar com outro local para a guarda de seus filhos e filhas que, caso não estivessem em creches ficariam em situação de vulnerabilidade. Como Oliveira (2011) explica, creche significa “manjedoura”.

Em contexto popular, a manjedoura é o local onde os animais se alimentam, mas a palavra ganha destaque dentro da história do cristianismo. Segundo o cristianismo, após o nascimento o Menino Jesus, foi colocado dentro de uma manjedoura, assim a palavra foi associada a um lugar que serviria para acolher e abrigar crianças (Furtado, 2014). Para compreender o movimento de luta por creche, é preciso conhecer os caminhos percorridos ao longo da história, e, com esse objetivo, neste capítulo será feita uma breve descrição ao longo da história da creche e o que levou o início dos movimentos de lutas pelo Brasil.

1.1. A história da Creche no Brasil.

A história da creche no Brasil, surge com força nos séculos XIX e XX. Segundo Oliveira (1988, p 44.), “até o início do século, o atendimento das crianças em creches inexistia, basicamente no Brasil”. Para Kuhlmann Jr. (2007), a implementação das primeiras creches no Brasil aconteceu nas duas primeiras décadas do século XX. O que existia, no sentido de amparo e auxílio às crianças pequenas, era a casa dos expostos ou a roda, que era um lugar onde eram deixados os bebês não desejados ou que a família não tinha condições de criar. Estavam ligadas muitas vezes a instituições filantrópicas.

¹ Este era o slogan ou a palavra de ordem do movimento de mulheres ao longo do processo de elaboração e promulgação da Constituição Federal de 1988, que acabou contribuindo para se pensar na creche também como direito da criança, bem como das trabalhadoras que teriam seus filhos assistidos em espaço pensado para a educação e o cuidado dos pequeninos. (Campos, 1999).

Até então, apenas crianças pequenas sem família eram atendidas em instituições. As Casas de Expostos recebiam os bebês abandonados nas “rodas” – cilindros de madeira que permitiam o anonimato de quem ali deixasse a criança – para depois encaminhá-los a amas que os criariam até a idade de ingressarem em internatos. (Kuhlmann, 2011, p.473).

Segundo Marcílio (1988), as primeiras rodas foram criadas nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Recife. As rodas tinham uma forma cilíndrica e uma divisória no meio, era fixada nas paredes ou nas janelas das instituições, em sua parte externa colocava-se o bebê e o girava para dentro. Ao lado uma corda, com um sino para avisar o porteiro sobre o bebê. A ação era feita de forma totalmente anônima, pois quem estava do lado de dentro das instituições não conseguia ver quem estava do outro lado. As crianças ficavam nessas instituições até três anos. Como Marcílio (1988), explica:

Até os três anos, período de vida a chamavam de “criação”, eram cuidados, em sua quase totalidade, em casas de amas-de-leite mercenárias. Em seguida, e até os sete anos (período dito de “educação”), essas crianças voltavam para a casa do Expostos, que buscava formas de colocá-las em casas de famílias ou meios para criá-las. (Marcílio, 1988, p.147).

Segundo Oliveira (1988), o trabalho nessas creches era de cunho assistencial, ou seja, era mais voltado para alimentar, cuidar da higiene e da segurança e não tinha uma preocupação com a educação. A crescente expansão das fábricas pelo país demandou muita mão de obra. Os homens, em sua maioria, estavam em trabalhos braçais, como nas lavouras. A solução foi incorporar as mulheres nos serviços e com a entrada delas no mercado de trabalho surge um problema: muitas das trabalhadoras possuíam filhos que necessitavam de cuidados. As indústrias não consideraram esse ponto, o que levou outras mulheres a se oferecerem para cuidar dos filhos das operárias, enquanto elas trabalhavam. Como destaca Oliveira (1988):

O problema do cuidado de seus filhos, enquanto trabalhavam não foi, todavia, considerado pelas indústrias que se estabeleciam, o que levou a soluções emergenciais criadas pelas próprias mães em seus núcleos familiares ou as oferecidas por outras mulheres que se propunham a cuidar dos filhos das operárias em troca de dinheiro. (Oliveira, 1988, p.45).

Essas mulheres foram nomeadas como às “criadeiras” ou “fazedoras de anjos”² (Oliveira, 1988). A classificação “criadeira” está ligada, a princípio, às amas de leite – mulheres que amamentavam os filhos de outras, seja por uma questão cultural e social dos problemas da amamentação para mulheres da elite ou pela falta de leite de algumas mulheres. Para o segundo caso, foram criados, posteriormente, os lactários ou bancos de leite. A partir da década de 1940, a função da ama de leite praticamente saiu de cena, principalmente pelas campanhas de estímulo ao aleitamento materno e pela difusão do leite em pó, mamadeiras e leite de vaca, bem como o aumento de creches e berçários. No socorro às crianças, duas eram as alternativas: “os lactários, que alimentam as crianças e ensinam as mães, servem às mulheres que podem guardar junto de si os filhos; e as creches de depósitos: para as mulheres que são forçadas a trabalhar” (Vieira, 1988, p.10). Nesses ambientes ficavam muitas crianças e, na maioria das vezes, em condições precárias de higiene.

[...] as “criadeiras” como eram chamadas, foram estigmatizadas como “fazedoras de anjos”, em consequência da alta mortalidade das crianças por elas atendidas, explicada na época pela precariedade de condições higiênicas e materiais e – acrescentaríamos hoje – pelos problemas psicológicos advindos de inadequada separação da criança pequena de sua família. (Oliveira, 2011, p.95).

Com a industrialização do país, surge a necessidade de criar locais para deixar as crianças. Como afirma Spada (2005, p.02), “configurou-se uma forte necessidade de criação e manutenção de locais onde as crianças, filhas de operários, pudessem ficar durante o período em que seus pais se dedicavam ao trabalho”. Começa então muitos movimentos de operários, em luta por melhores condições de trabalhos. Os donos das fábricas preocupados com as diversas manifestações começam a atender as reivindicações.

Os empresários, procurando enfraquecer os movimentos operários, foram por sua vez modificando sua política de repressão direta aos mesmo e concedendo certos benefícios sociais como forma de disciplinas, de arrefecer

² Segundo José Fernando Rocha e Heloísa Helena Rocha (2011): “a leitura e análise da documentação produzida pelos profissionais que ocuparam esse cargo [médico da mordomia da Santa Casa], bem como dos médicos ligados aos órgãos estatais evidencia a presença de vários termos e adjetivos que serviram para representar a figura das amas. Eis alguns deles: “mercenárias”, “pessoas incultas e paupérrimas”, “pobres”, “nutrizes mercenárias”, “mulheres analfabetas e incapazes”, “bondosas, mas incultas”, “caboclas”, “sertanejas”, “fazedoras de anjos” “ignorantes e ingênuas” e “mulheres dedicadas, porém rústicas, sem preparo e sem recursos””. (Rocha e Rocha, 2011, p.38).

suas oposições, controlando as formas de vida dentro e fora da fábrica. (Oliveira, 1988, p.46).

Kuhlmann (2007) explica que a primeira creche que se tem conhecimento no país foi a creche da Companhia de Fiação e Tecidos do Corcovado, fundada em 13 de novembro de 1899, no Rio de Janeiro, organizada para atender os filhos dos operários da fábrica. Porém, antes dessa data, ocorreram manifestações. Houve também outros exemplos de creches e escolas maternais em indústrias, como a Companhia de Tecidos Aliança, do Rio de Janeiro e da Vila Operária Maria Zélia, do industrial Jorge Street, em São Paulo, em 1925. (Kuhlmann, 2007).

Seguindo ainda pelo rastro da história, em 1899, ocorreu a fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI), fundado pelo médico Arthur Moncorvo Filho, em 24 de março. Oferecia diversos serviços na área da saúde, para a mulher e para as crianças pobres. Desde a gestação, com assistência e proteção à gestante, assistência no parto e assistência ao recém-nascido (Kuhlmann, 2007). Havia também programa de distribuição de leite, creche e exames. O Instituto promovia o aleitamento materno criando até concurso para o incentivo às mães. Segundo Kuhlmann (2007, p.84) o concurso de robustez para bebês, atribuído prêmios em dinheiro às mães que aleitavam seus filhos. O seu lema era: *infantes tuendo pro Patria Laboramus* (quem ampara a infância trabalha pela pátria) ”.

O instituto foi a instituição mais importante do período estudado, sua expansão ocorreu rapidamente pelo país. Kuhlmann, (2007, p.84) destaca que em 1929, já possuía 22 filiais em todo o país, 11 delas com creche (Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba³, Juiz de Fora, São Luís, Niterói, Petrópolis, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro,

³ “A filial do IPAI no Paraná foi fundada em Curitiba em 1905 pelo médico Dr. Candido de Leão. Essa foi a primeira iniciativa para organizar no estado do Paraná uma instituição semelhante à que havia sido fundada anos antes na cidade do Rio de Janeiro, onde o médico Arthur Moncorvo Filho criou o Instituto de Proteção à Infância em 24 de março de 1899, efetivamente instalado em 14 de julho de 1901. Segundo Moncorvo Filho, a finalidade de tal instituição voltava-se para proteger, na perspectiva higiênica, científica e social, as mães e as crianças pobres de todas as idades (MONCORVO FILHO apud SARTOR, 2000, p.145). Em Curitiba, a primeira iniciativa não prosperou e a segunda iniciativa de organização de uma filial do Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Paraná consolidou-se em 8 de fevereiro de 1921, segundo seu estatuto, como a décima sétima filial do IPAI do Rio de Janeiro. Fundada pelo Dr. Euripedes Garcez do Nascimento tinha como objetivo ser “uma instituição de fins filantrópicos destinada a amparar e proteger a infância necessitada”. (INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DO PARANÁ, 1921, p.9). Sobre as ações dos Institutos de Proteção e Assistência à Infância podese destacar que em diversas práticas o IPAI do Paraná mirou-se na sua matriz, como por exemplo, a realização de Concursos de Robustez, sendo o primeiro realizado em

Salvador e Santos) . Em 1906, fundado por juristas brasileiros, no Distrito Federal, o Patronato de Menores. O Patronato inaugura a creche Central, onde seria a matriz dos outros institutos que seriam abertos em bairros mais afastados, com finalidade de abrigar os filhos das trabalhadoras.

O Patronato inaugurou a Creche Central - denomina assim para ser matriz de outros institutos semelhantes a se abrir nos bairros afastados do centro da cidade - em 1908, no edifício onde funcionava o Asilo de Menores Desamparados, cedido pelo chefe de polícia, Dr. Alfredo Pinto, com a finalidade de abrigar as criancinhas cujas mães busquem trabalho fora do lar. (Kuhlmann, 2007 p.86).

Em 1916, fundou-se no Distrito Federal, Rio de Janeiro, a Assistência de Santa Thereza, que realizava trabalho com idosos, enfermos, famílias pobres, oferecia creche diurna e recolhimento das crianças desamparadas. Em São Paulo, no ano de 1901, fundou-se a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva e em 1913, foi publicada na revista Educação e Pediatria, o anúncio da criação da creche Baroneza de Limeira, segundo a revista a instituição era voltada para os filhos de criados e operários que na luta anosa da vida são obrigados a entregar a mãos inábeis os filhos de tenra idade. (Kuhlmann, 2007)

Em 1922, ocorreu o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, em conjunto com o 3º o Congresso Americano da Criança, no Rio de Janeiro de 27 de agosto a 5 de setembro de 1922. Segundo Kuhlmann (2007), recebeu a adesão de mais de 2600 membros de 21 estados brasileiros, espelham-se as forças envolvidas e tinha como objetivo tratar todos os assuntos diretamente ou indiretamente se referiam a infância, tanto no ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico, em geral, como particularmente em suas relações com a Família, a Sociedade e o Estado.

Curitiba no ano de 1922. O que está em voga nos Concursos de Robustez são o eugenismo e o ideário de raça adequado, proporcionando aos médicos atuar dentro da família na civilização da criança desde pequena e na higienização da família. Compreende-se que o termo eugenia utilizado por Moncorvo Filho refere-se aos preceitos de higienização e civilização do que propriamente ao branqueamento da raça. Para ele os concursos deveriam possibilitar aos médicos orientar e direcionar os hábitos da família e do futuro cidadão. O concurso realizado em Curitiba em 1922 estabeleceu que para participar não fosse exigida a amamentação exclusiva pela mãe, aceitando assim crianças amamentadas também por amas de leite. Os concursos de robustez realizados no Brasil estavam relacionados à questão do leite e os problemas decorrentes de seu uso, à função da mulher-mãe nos cuidados com o lar e as crianças e à concepção que julgava as mães pobres como desprovidas de noções de higiene”. (Turina, 2010, p.22).

A leitura de estudos que se voltaram para o atendimento da criança bem pequena, tendo como cerne investigativo a creche, permite apontar um percurso que se inicia com a criação da primeira creche em 1899, no RJ, passando pela criação de outras creches ligadas às indústrias e depois ao IPAI e suas filiais no Brasil, além da creche do Patronato e demais inaugurações que adentraram as primeiras décadas do século XX. Até aqui, é possível observar que esses espaços não foram pensados para crianças filhas das famílias que tinham posse e que poderiam ser classificadas como elite durante esse período do final do século XIX e primeira metade do XX. Dessa forma, vislumbra-se a organização de um sistema voltado ora para a caridade, ora para assistência e para a guarda de crianças filhas de operários e mulheres trabalhadoras, que não tinham onde deixar seus dependentes. Como pondera Turina (2010):

(...) a organização de creches e outras instituições escolares destinadas aos pobres se configuraram como uma proposta de educação pobre para o pobre. Porém, vale ressaltar que é possível afirmar que instituições de assistência e recolhimento, mesmo que não especificamente escolares, também apresentavam uma proposta de educação. O mesmo argumento apresentado por Kuhlmann Jr. sobre a própria pobreza representar uma concepção de educação permite ressaltar que ao recolher e cuidar de crianças pobres, as instituições de assistência estavam educando os pequenos para certa sensibilidade social. Deste modo, instituições como asilos infantis, que se destinavam às crianças órfãs, abandonadas, sem pais, também apresentavam uma proposta de educação para a infância. Vale destacar que esta educação não pode ser entendida como a mesma educação ofertada em espaços escolares, por conta das peculiaridades que o espaço e os tempos escolares impõem aos sujeitos. Assim, assumi-se a perspectiva de que instituições assistenciais também educavam crianças pobres. (Turina, 2010, p.67).

Avançando as primeiras décadas do Novecentos, a nomenclatura *escola maternal* começou a ser utilizada para definir espaços educativos para crianças bem pequenas. Assim como ocorreu com a creche, se baseia na *école maternelle* francesa⁴, diferenciando-se da creche por ter uma preocupação com a educação da criança na faixa etária dos 2 aos 4 anos. Segundo Kuhlmann (2000, p.08), “aos

⁴ Luc (1999) informa em seu estudo sobre a educação das crianças pequenas na França, que “a escola maternal republicana foi fundada por um conjunto de textos públicos, entre 1881 e 1882, após a votação da lei orgânica de educação primária, conhecida como lei Goblet, de 30 de outubro de 1886”. A escola maternal atenderia, no máximo, 150 crianças, entre 2 a 6 anos. Seguindo o decreto de 28/07/1882, relativo à organização das escolas maternais, haveria uma seção para crianças pequenas - 2 a 5 anos - e outra para as maiores - 5 a 7 anos. A educação tomaria: “1. Os primeiros princípios da educação moral; conhecimento de objetos comuns, os primeiros elementos do desenho, escrita e leitura, exercícios de linguagem, noções de história natural e geografia”, de acordo com o alcance/capacidade das crianças; 2. Exercícios manuais; 3. Movimentos graduais de ginástica. (Luc, 1999, p. 394, *traduzido pela autora*).

poucos, a nomenclatura deixa de considerar escola maternal como se fosse aquela dos pobres, em oposição ao jardim-de-infância”, no Brasil. E “mais tarde, essa especialização etária irá se incorporar aos nomes das turmas em instituições com crianças de 0 a 6 anos (berçário, maternal, jardim, pré)”. (Kuhlmann, 2000, p.08).

Taurina (2010), pontua que muitos pesquisadores buscam compreender as nomenclaturas usadas nesse período do século XIX e XX para diferenciar as instituições escolares para menores de sete anos. No Brasil, alguns políticos e educadores equivocadamente consideravam “todas as instituições infantis” como “casas assistenciais de cunho religioso”, pois não consideravam haver potencialidade educativa nestes estabelecimentos, somente sua função de recolher e guardar filhos de mães pobres e crianças abandonadas. A instituição jardim de infância se diferenciava de salas de asilo, casas de guarda e orfanatos por apresentar objetivos educativos em sua proposta, com a função de estimular o desenvolvimento integral da criança, ao contrário das instituições assistencialistas mencionadas que visavam apenas guardar e proteger a criança pobre. As escolas maternas atenderiam crianças menores que as atendidas pelos jardins de infância, com idade a partir de 2 anos, diferentemente dos jardins que atenderiam a partir dos 4 ou 5 anos. (Kishimoto 1988 *apud* Taurina p.72)

A partir da década de 1930, as políticas públicas, começam a surgir, resultado de interesses diferentes entre a burguesia, trabalhadores e o Estado. A mortalidade infantil, o menor abandonado e a delinquência infantil, a preocupação com esses problemas relacionados às crianças aparecem nos primeiros anos do governo Vargas. Assim, o Estado foi chamado para regulamentar o atendimento das crianças e com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, o Estado assume oficialmente a responsabilidade pelo atendimento à infância. (Andrade, 2010). A criação do ministério se deu pelo Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930 e ele passou a ficar encarregado de todos os assuntos relacionados ao “ensino, saúde pública e assistência hospitalar” (Brasil, Decreto n. 19.402/30, art.2).

Em 1934, após a Conferência Nacional de Proteção à Infância, que contou com a participação de delegados de todos os estados, além de representantes de instituições privadas, resultou na criação da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância (Oliveira, 1940, *apud* Fonseca 1993). Segundo Oliveira (1988), este período

entre 1930 e 1940 é marcado pelo reconhecimento de direitos políticos dos trabalhadores, em 1943, ocorre a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Em seu art.389, em seu primeiro inciso da lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, prevê a obrigatoriedade de empresas, com mais de 30 funcionárias, com idade acima de 16 anos, terem locais apropriados para os filhos de suas empregadas

§ 1º - Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação. (Brasil, Lei nº5.452, 01/05/1943).

Para Oliveira (1988), mesmo diante das leis, estas pequenas conquistas não foram tiradas do papel, pois poucas creches e berçários foram organizados pelos empresários. A partir de 1940, as políticas públicas começam a se voltar para assistência social e ocorrem mudanças no comportamento do Estado, como destaca Vieira (1988):

A partir desse período, ocorreu uma mudança qualitativa no comportamento assistencial do Estado e do empresariado em relação aos trabalhadores urbanos, quando o paternalismo, não desprovido de interesse econômico, cede lugar a uma política mais global, representativa de uma nova racionalidade. As novas necessidades de uma sociedade urbano-industrial que se instaurava no Brasil embasaram essa mudança. (Vieira, 1988. p.4).

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pelo assistencialismo social, baseado na criação de programas que fornecessem alimentos e higiene as mulheres trabalhadoras e seus filhos. O Departamento Nacional da Criança (DNcr), criado através do Decreto-Lei nº 2.024, de 17 de fevereiro de 1943⁵, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, teve como objetivo “realizar inquéritos e estudos relativamente à situação, em que se encontra, em todo o país, o problema social da maternidade, da infância e da adolescência”. (Brasil, Lei nº 2.024/1943).

Junto ao DNcr, atuou a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Ela foi criada em 28 de agosto de 1942; uma instituição híbrida, que surgiu da iniciativa privada, da iniciativa do Governo Federal e da influência da primeira dama Darcy Vargas, que agregou várias mulheres das classes mais privilegiadas do país para atuar no Brasil

⁵ Para Marcílio (1998, p.221) o Departamento Nacional da Criança tem sua origem em 1º de março de 1919, e seu fundador teria sido o médico Moncorvo Filho.

como soldados cuidando dos mais necessitados. A LBA significou um marco na organização da assistência social no Brasil. (Martins, 2010).

A Legião Brasileira de Assistência chegou a implantar creches e casa da criança. Como explica Oliveira (1946), a casa da criança era um estabelecimento que destinava-se a receber crianças de todas as idades durante as horas que a mãe trabalhava. A casa da criança tinha, além da creche, a escola-maternal, o jardim da infância e cursos primários. A creche destinava-se a crianças de todas as idades, mas recomendava-se que as crianças menores de três meses não fossem separadas das mães, como explica Oliveira (1946):

A creche propriamente dita destina-se, como se sabe, as criancinhas da mais tenra idade, os lactentes. Não convém receber as muito pequeninhas de menos de 3 ou 4 meses, que por princípio algum devem ser separadas das mães, principalmente por causa da amamentação natural que lhes é indispensável. (Oliveira, 1946, p.1).

No Departamento Nacional da Criança, a corrente higienista conduzia a forma de planejar os trabalhos. Kramer (1995) pontua que o Departamento desenvolveu vários programas com o sentido de combater a desnutrição, campanhas de vacinação, estudos e pesquisas de cunho médico. Segundo Vieira (1988), as creches dentro do Departamento eram vistas como o único estabelecimento capaz de combater eficazmente as criadeiras e como elemento da puericultura social. Para Freire (2014, s/p) a puericultura pode ser definida como o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil.

Distintamente, portanto, da pediatria, que almeja intervir diretamente sobre o corpo doente da criança, tem por objeto de seu discurso e de sua prática o corpo social, propondo-se a transformar crenças, valores, costumes e atitudes. Assim, para além da aplicação prática de um conjunto de normas técnicas voltadas para o cuidado com o corpo e a mente das crianças, a puericultura pressupõe transformação de ordem. A puericultura era “considerada como a ciência da família, feita com a colaboração confiante da mãe e do médico, do amor materno, esclarecido pela ciência”. (Arquivos de Assistência a Infância, 1904, p. 2-3, *apud* Kuhlmann Jr. 2007) Magalhães (1922) acrescenta que a puericultura tinha como objetivo pesquisar os conhecimentos relativos à reprodução e conservação da espécie humana.

Na década de 1950, segundo Vieira (1988), a creche era criticada pelos puericultores com relação a problemas de saúde. Não tinha consenso entre eles sobre as vantagens e desvantagens das crianças frequentarem a creche. O aleitamento era um ponto de maior divergência entre os especialistas. Criticavam também as instalações das creches. Para alguns, a creche impedia o aleitamento materno, promovendo o afastamento da mãe e produzindo carências afetivas, bem como facilitava o raquitismo e distúrbio digestivo, além de funcionar em prédios mal instalados (Vieira, 1988 p.4). A creche de 1960, no Brasil, se mantém no papel de alimentar e manter a higiene, ainda que não possuísse um caráter educativo. Como destaca Aguiar (2001):

Até a década de 60, no Brasil, as creches organizavam seu espaço e seu cotidiano em função de alimentar, higienizar e dar segurança física as crianças, isto é, possuíam um caráter assistencial. A sua prática não era, portanto, voltada para a educação, para o desenvolvimento das crianças, quer seja cognitivo quer seja afetivo. Entretanto é oportuno e necessária aqui um esclarecimento conceitual. (Aguiar, 2001 p. 22).

Se até a década de 1960 era esse o panorama, no início dela foi publicada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961), que contemplou a educação pré-primária, como pode ser visto no trecho a seguir:

Art. 23. A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância.

Art. 24. As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária. (Brasil, LDB 4.024/61, art. 23 e 24).

O texto legal poderia dar interpretações mais amplas sobre a creche ou sobre a escola maternal se tomada a faixa etária – menores de sete anos – que as empresas deveriam organizar e manter instituições de educação, uma vez que dentro dessa menoridade sinalizada estavam as crianças menores de três anos. Todavia, a sinalização de “educação pré-primária” exclui definitivamente a creche e a escola maternal do artigo em questão (art.24). Segundo Oliveira (1988), na década de 1960, após o período dos governos militares pós-64, as políticas públicas a nível federal foram realizadas através de órgãos como Departamento Nacional da Criança. O Estado começou também a fornecer verba para as entidades filantrópicas. Mas, a

ideia de creche, como sendo um favor prestado à criança e a família segue até o final da década de 60, quando a creche passa a ser vista com um aspecto mais positivo e menos “mal necessário”. Como destaca Vieira (1988):

No caso da creche, o conceito negativo, mal necessário, passa a ceder lugar a um conceito mais positivo de atendimento, onde se busca, junto às crianças, compensar carências de todos os matizes e oportunizar o trabalho de mulheres, cuja participação na população economicamente ativa começa a aumentar a partir do final da década de 60. (Vieira, 1988 p.5).

Em 1970, ocorre a separação do Departamento Nacional da Criança, resultando na Coordenação de Proteção Materno Infantil. Nesse período, houve junção entre creche e pré-escola, segundo Rosemberg (1992), e é bastante nítida essa fusão entre as duas instituições, acontecendo “contaminação: assistencialista na pré-escola e educacional na creche” (Rosemberg, 1992, p.22). A creche passa a ter uma nova função: educativa. Durante esse período, o Estado, em busca de sanar a alta taxa de evasão nos primeiros anos, insere a ideia de política educacional compensatória. “O pressuposto dessa política é de que o fracasso acontece porque as crianças não estariam suficientemente preparadas para tirar proveitos da escola.” (Kramer, 1992, p.54). No Brasil, a década de 1970 foi cenário de vários movimentos sociais que, em sua maioria, buscavam benefícios e melhorias para os trabalhadores. A creche passou a ser reivindicada como direito dos trabalhadores:

Os movimentos sindicais e populares, que já estavam em atividade, ganharam como aliado o movimento feminista ainda na década de 1970. Este grupo lutava por vagas em creches na rede pública e pela garantia, além da inserção da mulher no mercado de trabalho, de sua participação política”. (Silva, 2014, p.20).

Em 11 de agosto de 1971, foi publicada a LDB nº 5.692 e a educação pré-escolar aparece em seu art.19, § 2º que estabelece: “os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes”. (Brasil, LDB nº 5.692, 11/08/1971, art.19). Para Filipim, Rossi e Rodrigues (2017) a educação pré-escolar ficou acanhada na LDB, sem muito destaque para as creches e instituições pré-escolares. Em relação aos filhos de trabalhadores, o art. 61 recomenda “às empresas que tenham em seus serviços mães de menores de sete anos a organizar

e manter a educação que preceda o ensino de 1º grau”. (Brasil, Lei nº 5.692, 11/08/197, art.61).

Na década 1980, o direito das crianças ganha destaque através das legislações. Na Constituição Federal (1988), a educação aparece como direito de todos e dever do Estado. “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. ” (Brasil, Constituição Federal, 1988, art. 205). Em seu art.208, o Estado passa a ser obrigado a garantir educação infantil, creche e pré-escola para as crianças menores de cinco anos de idade.

Na década de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirma, em seu art. 54, que o Estado deve assegurar a educação e amplia a faixa etária zero a seis anos de idade (Brasil, ECA, 1990, art. 54). Nesse momento, sugere-se que as creches deveriam sair da Secretaria de Assistência Social para os sistemas municipais de educação. O que gerou muita resistência, discussões e divergências. As instituições que atendiam as crianças possuíam o conhecimento em relação aos cuidados às crianças pequenas, mas pouca experiência pedagógica e do outro lado tinham as pré-escolas que tinham experiências pedagógicas, mas não tinham experiência com cuidado e atenção de crianças pequenas. (Silva, 2014).

A Política Nacional de Educação Infantil (Brasil, PNEI, 2006, p.9) destaca que o ano de 1994, foi marcado por muitos encontros e seminários, que tinham como objetivo debater com os gestores municipais e estaduais de educação questões relativas à definição de políticas para a Educação. Em 1996, na Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB nº 9394/96) a creche (para crianças de até 3 anos de idade) e a pré-escola (para crianças de 4 e 5 anos de idade), passam a fazer parte do sistema de Educação Infantil, com a finalidade de desenvolver integralmente a criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, considerando o ser em todos os seus aspectos.

Rosemberg (2001) afirma que a partir da LDB/96 as creches e pré-escolas, passam a ser regulamentadas pela administração educacional, diante disso houve uma especificação quanto a formação de seus profissionais, para exercer a profissão, o (a) docente deverá ter nível superior, nos cursos de Pedagogia ou a formação

mínima em magistério, em nível médio. (Rosemberg, 2011; Brasil, LDB 9394/1996, art. 31).

Segundo Bach e Peranzoni (2014), a partir desse momento, as políticas educacionais passaram a atender a creche e a pré-escola com concepções pedagógicas e, como destaca Silva (2014), foi a partir desses avanços, que surgiram os debates e discussões acerca da qualidade da educação infantil, questionando a qualidade de muitos estabelecimentos e cobrando a qualificação dos profissionais. Através dessa retrospectiva histórica, podemos verificar que a creche surgiu com um caráter de assistência e somente após alguns anos começa a se relacionar com a educação.

1.2. Movimentos de lutas por creche no Brasil.

No Brasil, entre 1960 e 1964, surgem muitos movimentos de massas (de operários e movimentos feministas). Conforme Teles (1999), as mulheres saíram em busca de trabalho, a indústria absorvia de forma rápida a mão de obra feminina, e de 1950 a 1970 a porcentagem de mulheres no mercado de trabalho quase triplicou. Com a entrada das mulheres no mercado de trabalho e sem locais próprios para deixar as crianças durante o expediente, se tornou um problema. Mesmo com a legislação, que garantia que todas as empresas que empregassem mais de 30 mulheres deveriam ter um local apropriado, a lei ainda não funcionava. (Teles, 1999).

Em 1960, foi organizada a Liga Feminina do Estado da Guanabara, com as mulheres que lutavam contra a alta do custo de vida e a defesa da infância e da maternidade. Neste movimento, levantavam também a bandeira da creche. Em São Paulo, no ano 1973, o movimento das mães da Zona Sul, passaram a se reunir reivindicando escolas para seus filhos. O mesmo movimento conseguiu reunir em 1976 cerca de 500 mulheres na Assembleia Legislativa, surgindo o Movimento Custo de Vida. (Teles, 1999).

Este movimento ficou conhecido nacionalmente por ter sido o primeiro movimento popular e de massas após a Ai-5. No início, chamado de Movimento do Custo de Vida era dirigido por mulheres da periferia e por setores da igreja. Mais tarde mudou seu nome para Movimento contra a carestia e nessa época já se encontrava principalmente sob a direção de sindicalistas e de agrupamentos de esquerda. (Teles 1999, p.78).

O movimento ganhou destaque e foi mobilizando muitas mulheres. A luta desse movimento era contra a alta dos preços dos alimentos e a bandeira da creche fez parte das reivindicações, mas acabou sendo retirada pelos sindicalistas, em sua maioria homens. Na década de 1970, o movimento de lutas por creche ganhou força no Brasil, a bandeira creche fez parte das reivindicações, vinculado em um primeiro momento a grupos de operários e sindicalistas. Só que, no desenvolvimento das lutas, essa bandeira, por ser de maior interesse das mulheres, foi deixada de fora das pautas. Os sindicalistas priorizavam outras reivindicações para os trabalhadores. (Teles, 1999).

Segundo Camaru (2019), a reivindicação por creche era quase que desconhecida até aparecer o Movimento Feminista que foi ganhando força pelo mundo e pelo Brasil, durante a década de 70. Teles (2015, p.24) explica: “no mundo e também no Brasil, as mulheres passaram a conduzir bandeiras que reclamavam o direito de decidir sobre o próprio corpo, colocavam as questões do plano pessoal no campo político”. As mulheres lutavam cada vez mais pelos seus direitos, começaram a se organizar através de Clube de Mães, Associações e movimentaram suas reivindicações, aparecendo entre elas a demanda por creche. Teles (2015), justifica essa demanda pela necessidade de trabalhar fora, e poder ajudar financeiramente a família. Além de ser uma bandeira para a emancipação.

No Brasil, para as feministas, a luta pela creche significava, no final da década de 1970, uma das bandeiras para a emancipação. As mulheres, lutando pelo atendimento de necessidades básicas em seus bairros, incluíam a creche na agenda de reivindicações dos movimentos que protagonizaram, entendendo-a como um desdobramento de seu direito ao trabalho e à participação política. (Teles, 2015 p.22).

Por determinação da Organização das Nações Unidas (ONU), o ano de 1975 foi instituído como o Ano Internacional das Mulheres e a luta por creche no Brasil se intensificou, pois, as mulheres ficaram confiantes de não sofrerem represália do governo pela militância em movimentos sociais, “de uma certa forma “protegidas” sob a convocação da ONU (Organização das Nações Unidas) para comemorar o Ano Internacional da Mulher, começaram a construir a retomada do feminismo”. (Teles, 2015, p.24).

Segundo Rosemberg (2015), o Movimento de Luta por Creches foi oficialmente criado em 1979, durante o 1º Congresso da Mulher Paulista. O Congresso reuniu

cerca de 800 mulheres, sendo elas membros de associações de bairros, clubes de mães, sindicatos e grupos feministas. Nele, uma das reivindicações foi a luta por creche. “Esta é justamente a principal reivindicação do Movimento de Luta por Creches: creches diretas totalmente financiadas pelo Estado e que tenham a participação dos pais na sua orientação. Isso significa a única possibilidade da comunidade poder interferir”. (Rosemberg, 2015, p. 178).

O movimento foi responsável pelo aumento de creches em São Paulo de 4 creches públicas em 1979, a rede chegou a ter em 1984 mais de 120 unidades. Embora, o movimento crescesse de forma rápida sofreu um pouco para ter apoio das próprias mulheres que precisavam da creche. A creche ainda era vista por muitos como abrigo de órfãos. (Teles, 2015).

Pensar em creche e no atendimento às crianças, é relembrar os caminhos percorridos desde a roda, as instituições filantrópicas, o movimento higienista e chegar aos movimentos sociais, de forma mais direta o movimento feminista. A creche como direito da criança e da mãe, favoreceu a mulher trabalhadora a entrada no mercado de trabalho. O seu início relacionado ao assistencialismo, aos cuidados e amparo aos mais pobres são traços que ainda acompanham as instituições, e a distanciam do seu papel.

2. A CRECHE NO DISTRITO FEDERAL: A CRECHE NAS PÁGINAS DO JORNAL.

Lívia Vieira (1988) demonstra como desde os primórdios de sua constituição, a creche, no Brasil, esteve mais voltada para a ação de médicos (como o movimento higienista) do que de educadores (com uma proposta pedagógica). Segundo a autora, é no final dos anos de 1960, quando o Departamento Nacional da Criança passa a se atentar para a ampliação do atendimento pré-escolar, que as “propostas de creches/pré-escolas, que exigem pessoal especializado e maior custo de manutenção, começaram a ceder lugar para propostas simplificadas de atendimento com a participação da comunidade” (VIEIRA, 1998, p.05). Acompanhando o estudo de Vieira (1998), é possível utilizar a expressão de que a creche foi vista como um “mal necessário”, principalmente quando se tomava as crianças pobres e suas famílias. E que, a partir da década de 1970:

A creche não poderia continuar sendo vista como produtora de carência, mas, sim, como compensadora de faltas. Será importante dispositivo para alimentar crianças pobres, famintas, desnutridas ou potencialmente desnutridas. O assistencialismo inócuo, o tradicionalismo, será criticado para ceder lugar a uma atuação ofensiva, antecipatória...de massa ou de transição. Para isso, será preciso romper com uma carga muito pesada de preceitos morais. Não se poderia continuar julgando tão severamente as mães ou mulheres trabalhadoras (como fazia o DNCr), as quais se queria envolver para expandir o atendimento. O saber dessas mulheres teria que ser considerado (vide creche comunitária). Sua cultura valorizada, “mas sem paternalismos”. A normatização maior vai ocorrer na relação creche/Estado, através de convênios, e não tanto no funcionamento da creche. Procura-se, neste novo contexto, muito mais incitar a “participação” e ampliar a assistência estatal através de convênios com entidades sociais filantrópicas e com organizações comunitárias de cunho popular. (VIEIRA, 1998, p.05).

Sendo este panorama constituído na década de 1970 no Brasil, é possível levantar algumas questões: o que era discutido sobre creche no Distrito Federal neste período? A luta por creches aparece nas matérias do jornal *Correio Braziliense*? Existiu uma mobilização por creches na cidade? Nesse sentido, o presente capítulo tem como objetivo central apresentar os resultados dos questionamentos sobre os movimentos de lutas por creches no DF, por meio da leitura do jornal oficial brasiliense. Com esse intento, este subdivide-se em dois momentos analíticos.

2.1. “Onde deixar meus filhos?”

A carta de uma mãe para a coluna “Cartas ao Correio” (*Correio Braziliense*, 29/03/1976, p.4), intitulada “Onde deixar meus filhos?” nomeia esse tópico. Nela, a mãe Maria de Fátima questiona sobre onde deixar os dois filhos, frequentadores de uma creche em Brasília, durante dois períodos de quinze dias no ano em que a instituição não funciona. Ela ainda acrescenta em seu texto que esse é um problema de muitas mães que não têm empregadas ou com quem deixar os filhos, sendo até o caso deixar o trabalho para ficar com as crianças.

A preocupação com o local de guarda dos filhos enquanto as mães trabalham fez parte do imaginário de muitas mulheres, como foi representada pela revista paulista *O Mulherio* (1981):

Figura 1: Capa Jornal Mulherio



Fonte: Jornal Mulherio, 1981

Como já acompanhamos neste estudo, a década de 1970 foi caracterizada pela eclosão dos movimentos sociais, e, em alguns lugares, a creche representou forte apelo, passando a ser reivindicada como um direito das mulheres trabalhadora (Haddad, 1990, apud Raupp, 2004). A mãe de Brasília não clama por creche, todavia, seu apelo deve ter sido de outras mulheres que se encontravam ao longo do ano com o mesmo problema quando as férias da instituição chegavam: e agora, onde deixar as crianças em segurança? Como é possível acompanhar, a creche e a história das mulheres se encontram com força diante da entrada das mulheres no mercado de trabalho, como Raupp (2004) destaca:

A partir de transformações na sociedade, como a expansão industrial, o crescimento das cidades e as modificações na organização e estrutura da família contemporânea, uma luta determinada razões concretas, ou seja, pela necessidade de ter um local onde pudessem deixar seus filhos para aumentar a renda familiar por meio do trabalho remunerado. (Raupp, 2014 p. 201).

A creche, como destaca Pacheco e Dupret (2001, p.105), passou a ser essencial para a viabilização da dupla jornada de trabalho, ou seja, para a criação dos filhos e o ganho do sustento da família. As alterações na economia modificaram o papel das mulheres na sociedade, antes responsáveis pelos cuidados das crianças e com os cuidados como de casa assumem funções no mercado de trabalho. Aguiar (2001) pontua:

A história da creche está, desse modo, ligada a alterações na economia que por sua vez modificavam o papel da mulher em nossa sociedade, e suas repercussões no âmbito da família, especialmente no que se refere a educação dos filhos. Além de trabalhar fora, a mulher tem que dar conta das tarefas domésticas, especialmente a da guarda de seus filhos pequenos enquanto trabalha. Tendo, pois, dificuldades em obter ajuda familiar (parentes) ou comunitária, as mães começaram a pressionar o poder público e também empresas privadas para manter e organizar creches. (Aguiar, 2001, p.33)

Para entender um pouco o cenário entre mulheres e o mercado de trabalho no Distrito Federal na década de 70, podemos observar o censo de 1970 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), que demonstra em seus resultados que o número de mulheres com idade entre 0 e mais de 70, residentes no Distrito Federal, era de 267.103 (IBGE,1970) e as que exerciam ocupação 47.307. Considerando a idade de até 35 anos para a maternidade, muitas dessas mulheres poderiam ter filhos

pequenos na faixa etária da creche, o que ampliaria a necessidade de ter esse espaço em Brasília.

Teles (1993), explica que a década de 70 fez com que o número de creches mantidas por instituições privadas aumentasse, a entrada das mulheres no mercado de trabalho trouxe a necessidade de locais para acolher as crianças durante o expediente, embora existissem creches mantidas por instituições filantrópicas e/ou conveniadas com o governo as privadas ganhavam cada vez mais destaques na sociedade. Enquanto, as filantrópicas estavam mais voltadas aos cuidados básicos como saúde e alimentação, as privadas usavam do pedagógico para atrair as famílias.

Nas páginas do jornal *Correio Braziliense*, os primeiros anúncios de creches eram vistos entre os classificados e algumas instituições apareceram em outras colunas. As instituições privadas surgem como alternativa para as famílias que não possuíam parentes ou empregados para deixar as crianças. Esses anúncios reforçavam que a creche privada era um lugar de desenvolvimento pedagógico.

Podemos observar nos anúncios a utilização do termo pedagógico, como no do Instituto Educacional de Brasília, que destaca sua “moderna orientação pedagógica” (*Correio Braziliense*, 19/02/1970, p.06), assim como o anúncio da Escola Casinha Feliz, que destaca suas “professoras especializadas” (*Correio Braziliense*, 19/02/1970, p.06). O anúncio da creche Peralta tinha em suas linhas a invocação de que “a babá olha, mas não educa”. (*Correio Braziliense*, 08/09/1974, p.10).

Essas publicações, que poderiam passar despercebidas por pessoas cujo foco não estivesse voltado para a educação de crianças menores de três anos, aqui nos indica que havia uma observância, por parte dos responsáveis por essas instituições privadas, que a creche não era um espaço mais só de guarda e cuidado da criança, mas que deveria ter uma proposta educativa feita por professoras e não por cuidadoras, pajens, auxiliares ou qualquer outra nomenclatura que não indicasse a profissionalização do magistério.

Se isso fica claro nos dois primeiros anúncios, é no terceiro que a propaganda bate o martelo apontando que a educação não é possível quando a criança é deixada com as babás. O que indica que a creche não é somente para as crianças filhas de mulheres trabalhadoras que não podem pagar outrem para cuidar de suas crianças como também para as que podem. A utilização do termo pedagógico para Kuhlmann

Jr. (2007) é uma estratégia de propaganda, para atrair as famílias e diferenciar essas instituições da creche para os mais pobres.

O quadro a seguir, aponta anúncios de creches privadas encontrados nos classificados e páginas do jornal *Correio Braziliense*.

Quadro 4: Creches privadas

Instituição	Local no jornal	Data
Instituto Educacional de Brasília	Classificados	19/02/1970, p.6
Creche Chapeuzinho Vermelho	Sociais de Brasília	12/02/1970, p.3
Escola Cirandinha	Classificados	28/02/1970, p.6
Instituto Educacional de Brasília –IEB	Classificados	29/01/1971, p.6
Escola Metodista da Asa Norte	Ensino e Cultura	01/07/1971, p.11
Escola Infantil “Casinha Feliz”	Classificados	22/01/1972, p.7
Organização Educacional Jane Eyre	Ensino e Cultura	05/03/1972, p.11
Escola Maternal e Jardim de Infantil Pinocchio	Classificados	22/06/1972, p.12
Escola Maternal Sapeca	Classificados	18/02/1973, p.13
Creche Maternal Joinha	Classificados	03/03/1974, p. 13
Peralta	Ensino e Cultura	08/09/1974, p.10
Casulo – Creche e Maternal	Classificados	16/02/1975, p.06
Creche bem-me-quer	Ensino e cultura	01/03/1975, p.10
Príncipe Valente	Classificados	08/09/1975, p.11
Jardim de infância e creche Candanguinho	Blocos	19/2/1977, p.12
Creche e Maternal na Asa Norte	Classificados	24/02/1977, p.12
Creche Palhacinho	Mesa da Cidade	31/03/1977, p.13
Creche e Jardim de infância do Instituto de Serviço Social Pax.	Classificados	25/08/1977, p.8
Creche Tiquinho de Gente	Classificados	14/04/1978, p.18

Fonte: Jornal Correio Braziliense

Como é possível visualizar, durante a década de 1970, dezoito creches privadas publicaram anúncios de seu atendimento, sendo, a maioria, na seção de Classificados. Com exceção da Creche Chapeuzinho Vermelho, que esteve nas primeiras páginas do jornal e com isso pode ter ganhado um destaque diferenciado na leitura – já que o leitor não precisou ler os classificados para dela ter notícia – as outras estavam em páginas do meio para o final do jornal. Outra interpretação que esse levantamento torna possível aventar é a de que o foco no atendimento em creches que era publicizado era o privado e não um possível espaço público ou subvencionado.

Um problema que as famílias enfrentavam era a falta de fiscalização. Na reportagem, “Deficiência das creches, uma dor de cabeça para as mães” (*Correio Braziliense* 1976, p.14), comparece a necessidade das mães funcionárias e a falta de creche em Brasília que atenda as necessidades básicas, as creches privadas que deveriam ser registradas no Departamento de Inspeção de Ensino da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Porém, muitas funcionavam de maneira irregular e precária, pois não havia fiscalização constante dos órgãos. A falta de fiscalização era um problema desde as primeiras creches, como destaca Spada (2005).

As creches passam a ser conhecidas apenas por absorver as funções de guarda de crianças e, portanto, não são consideradas dignas de atenção por parte do governo, que se nega a fiscalizar estabelecimentos mantidos pela caridade ou por indivíduos dispostos a explorar comercialmente tais serviços. (Spada, 2005, p.3)

Outra reportagem intitulada “Creches proliferam no DF sem a menor fiscalização” descreve como a abertura de uma creche em Brasília seria feita de forma fácil, as creches não tinham exigências a cumprir quanto às instalações, orientação pedagógica, assistência médica ou alimentação.

Entidade reconhecida importância na sociedade moderna a creche para a qual converge número cada vez maior de crianças cujos pais trabalham fora ainda é em Brasília (e segundo consta também no resto do país) uma entidade praticamente à margem das leis de educação e assistência ao menor. De fato, qualquer pessoa tenha ou não idoneidade pode abrir uma creche e até receber subvenção do Governo bastando, para isso cumprir as exigências burocráticas únicas inexistentes que se aplicam de maneira geral a qualquer firma de prestação de serviços. (*Correio Braziliense*, Creches proliferam, 08/04/1976, p.14)

Do outro lado, para os mais pobres, haviam instituições filantrópicas mantidas por Igrejas. Bach e Peranzoni (2014) destacam que grande parte das instituições nascem com o objetivo de atender as crianças de baixa renda e por muito tempo foi estratégia para combater a pobreza. Algumas creches ganharam destaques nas páginas do jornal, como a Casa do Candango, localizada na L2. “A casa do candango, entidade filantrópica, que nasceu e cresceu com Brasília. (*Correio Braziliense*, 21/04/1975 p.2). A instituição atendia aos órfãos, pré-maternal, pré-primário e creche. Com a demanda das mães, moradoras dos arredores da creche. A instituição que

atendia apenas aos órfãos, abre suas portas para receber as crianças da superquadra.

Este ano, a creche vai receber além dos assistidos da Casa do Candango, crianças moradoras das superquadras próximas a L-2. Atendendo aos inúmeros pedidos de mães que trabalham fora e não têm onde deixar os seus filhos, a Casa do Candango cobrará uma taxa que servirá para a manutenção da creche. (*Correio Braziliense*, 10/01/1970, p.7).

A Casa do Candango expandiu seus trabalhos para Ceilândia (*Correio Braziliense*, 06/03/1971 p.11), inaugurando a primeira creche na região.

No próximo dia 19 as 16 horas será inaugurada a Creche de Ceilândia em solenidade presidida pela senhora Helle Caiado de Castro Roller, presidente da Casa do Candango. Esta creche é a primeira da Ceilândia. (*Correio Braziliense*, 12/06/1971 p.12)

A creche no Distrito Federal também aparece relacionada a festas e eventos beneficentes, como em uma exibição de filmes em benefício ao Instituto e Creche Nossa Senhora da Divina Providência. “Filme: a Escola-Parque exibirá às 10 horas do próximo dia 4 um filme com “Topo Gigio”, em benefício do Instituto e Creche Nossa Senhora da Divina Providência”. (*Correio Braziliense*, 03/01/1970 p. 02) outros eventos também aparecem nos resultados, tais como sorteios, bazar, almoços, chá da tarde e outros com renda destinadas às instituições. O quadro a seguir apresenta algumas instituições que atuavam de forma filantrópica no Distrito Federal:

Quadro 5: Creches filantrópicas

Instituição	Data da ocorrência
Creche Nossa Senhora da Divina Providência	03/01/1970, p. 02
Casa do Candango	10/01/1970, p.07
Casa do Candango Ceilândia	06/03/1971, p.11
Casa de Ismael	07/05/1971, p.11
Creche Medalha Milagrosa	09/12/1971, p.3
Creche Divina Providência	11/08/1971, p.15
Fundação Pestalozzi	12/12/1971, p.15
Creche Ordem da Malta	29/06/1973, p.15
Creche da Comunidade Evangélica de Ceilândia	16/09/1973, p.15
Cantinho Girassol	07/07/1974, p.13
Creche São Judas Tadeu	30/11/1976, p.03
Instituto Pax	04/08/1977, p.16
Casa Mãe Preta	21/04/1978, p. 2

Fonte: *Jornal Correio Braziliense* – organizado pela autora

Para Bach e Peranzoni (2014) os anos 70 trazem a marca da assistência social, ou seja, atendimento em creches para crianças menores, enquanto as políticas educacionais começam a ocupar-se da pré-escola

Outra proposta de cuidado às crianças que apareceu na pesquisa foi a mãe crecheira ou creches familiares. Como destaca Rosemberg (1984), as denominações usadas podem variar muito, tais como: creche domiciliar, mãe crecheira, creche familiar, lar vicinal referem-se a um mesmo modo de guarda da criança pequena: uma mulher toma conta em sua própria casa, mediante pagamento, de filhos de outras famílias enquanto os pais trabalham. O tema esteve presente nas reportagens *Por maior dose de afeto, as creches familiares* (*Correio Braziliense*, 03/02/1978, p.21) e na *Primão chegou* (*Correio Braziliense*, 03/08/1979, p.13), que aborda que o projeto beneficia a todos: a mãe crecheira, as mães verdadeiras que necessitam trabalhar fora e no final os mais beneficiados são as crianças. Como nos lembra Rosemberg (1984), o fato das crianças serem atendidas nesses espaços não significa que vão usufruir da existência de um vínculo familiar.

2.2. Creche institucional: um local exclusivo.

A consolidação das leis trabalhistas (CLT) na década de 1930 trouxe às trabalhadoras o direito à creche para os seus filhos, com a obrigatoriedade das empresas com mais de trinta funcionárias possuírem locais adequados para as crianças ficarem durante o expediente. A entrada das mulheres no mercado de trabalho aumentou as reivindicações das mulheres por instituições de Educação infantil, como destaca Palmen e Esteves (2014).

Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, decorrente da expansão industrial e do amplo processo de urbanização, no início do século XX as instituições de Educação Infantil, especialmente as creches, passam a ser reivindicadas pelas mães trabalhadoras que necessitavam de um local para deixarem seus filhos e filhas durante a sua jornada de trabalho. (Palmen, Esteves, 2014, p.2).

A reportagem *Creches* (*Correio Braziliense*, 12/10/1978 p.20) demonstra o problema da falta de creche no Distrito Federal. Apresentando o cenário das empresas pela cidade, a quais ainda não cumpriam a legislação trabalhista. O direito

garantido pelo CLT, assegurava as mães trabalhadoras, locais adequados para guarda de seus filhos e salas de amamentação dentro das empresas.

As creches para os filhos das mulheres das classes mais baixas praticamente inexistem no Distrito Federal. As mães que trabalham enfrentam sérios problemas quando tentam conciliar a jornada de trabalho com a assistência aos filhos, As salas de amamentação que deveriam existir nas empresas ficam apenas no papel. A fiscalização é mínima e a Consolidação das Leis do Trabalho só protege as crianças até os seis meses de idade. Os Centros integrados de Atenção ao menor unidades da Fundação do Serviço Social não abrange todas as cidades satélites. Enquanto isso, as mulheres que têm filhos vão para o trabalho inquietas, preocupadas com a maneira pela qual suas crianças estão tratadas. Terezinha Ferreira dos Santos, empregada de um grande magazin recebe um baixo salário e ainda tem que dispor desse dinheiro para pagar a uma babá que toma conta de seu filho. "Quando a moça não pode ir ao jeito é faltar ao trabalho", conta ela. (*Correio Braziliense*, Creches, 12/10/1978 p.20).

Embora, fosse um direito dos trabalhadores, eram poucas empresas que tinham esses espaços para atender as crianças. Retomando Teles (2018 p.182) quando destaca que a creche, como um direito das trabalhadoras, inscrito na legislação trabalhista, não foi, de fato, levada a sério, na hora de aplicar a lei.

Camaru (2019 p.58) explica que com a falta de fiscalização por parte dos órgãos federais competentes e dos sindicatos, a legislação trabalhista em vigor, permanecia quase como letra morta. Poucas empresas continuavam a manter berçários e os convênios permitidos pela legislação após os anos 60 raramente eram utilizados pelas funcionárias. A reportagem *Creche uma ideia de Prieto*, aborda que nem mesmo o Ministério do Trabalho possuía uma creche, que o ministro do trabalho, Arnaldo Prieto, em coerência com sua pasta, estava tomando providências para criar uma creche na sede do Ministério, destinada a atender às dezenas de servidoras mães de família (*Correio Braziliense*, 8/11/1975 p.11). Situação essa que nos remete ao que Oguisso (1972) aborda quanto evidencia que a creche é uma instituição sem muitos adeptos entre as empresas.

A creche é, ainda, uma instituição sem muitos adeptos entre algumas grandes empresas, mas está surgindo no panorama das cidades grandes, como uma necessidade vital; ela constitui inequivocamente, uma solução setorial para os problemas atuais da sociedade contemporânea, onde cada vez mais se exige a participação da mulher como força de trabalho. (Oguisso, 1972, p.127).

Para atender a demanda dos funcionários, alguns órgãos começam a surgir nas páginas do jornal em busca de soluções dentro do governo. A nota *Creche no Itamarati* demonstra que o Departamento de Administração do Itamarati estava procurando uma solução para o problema da inexistência, naquele Ministério, de uma creche para filhos de funcionárias (*Correio Braziliense*, 22/08/1970, p.5). Kuhlmann Jr. (2007), destaca que a criação de creches nas indústrias era recomendada nos congressos que tinham como tema a assistência a infância, sendo defendida como necessidade.

A criação de creches aparece como proposta, como a do sindicato dos comerciários na reportagem com o título *Comerciários no DF querem creche e pensionato*, que sugere a criação de creche para comerciárias-mães (*Correio Braziliense*, 02/07/1976, p.11). Nos classificados, o Ministério da Agricultura abre licitação para prestação de serviços de creche para filhos de servidores (*Correio Braziliense*, 06/04/1977 p.7) e, na nota da coluna do servidor, a Associação dos servidores da agricultura informa que o Ministro Alysso Paulinelli estabeleceu entre seus planos de trabalho, a construção nesta capital de uma creche e uma cooperativa de consumo, para seus associados (*Correio Braziliense*, 13/05/1977, p.11). A Fundação Assistencial dos Servidores do Incra, nos classificados, compareceu procurando para fins de arrendamento ou compra uma escola ou similar que possa funcionar como Creche (*Correio Braziliense*, 24/11/1977 p.09).

Encontramos um classificado da IPU Agência de Empregos Doméstico, onde anuncia a presença de uma creche para as suas empregadas.

IPU AGÊNCIA DE EMPREGOS DOMÉSTICOS W/3 Sul. Q 513 BI B nº 41, sala 24, telefones 244 4894 e 2441127 PRECISAMOS de várias domésticas salário de R \$4,500,00. Temos creche para filhos de nossas empregadas. B 15 48 93 (*Correio Braziliense*, 24/05/1979 p.39)

Tais notícias ou informes acabam por demonstrar que, ao final da década de 1970, há um entendimento em Brasília da necessidade de disponibilizar espaços de creches para um maior número de crianças, inclusive nos órgãos públicos, o que indica a grande quantidade de mulheres trabalhadoras nesses espaços e que provavelmente, ainda que elas não compareçam como grandes problematizadoras e peticionárias de tais espaços nas páginas do jornal, são por causa delas que a necessidade se configurava. O que coaduna com Palmen (2004) quando afirma que:

A inserção da creche no local de trabalho traz benefício não só aos empregados, mas também ao empregador, pois diminui o número de faltas de seus funcionários, e aumenta a produtividade, ao garantir aos progenitores maior tranquilidade quanto aos cuidados recebidos por seus filhos. O envolvimento da empresa nos assuntos comunitários também é visto por todos como um ponto positivo, na medida em que propicia assistência aos seus funcionários e seus filhos. (Palmen, 2004, p. 58).

A reportagem com o título *UnB: Mães solteiras têm*, (*Correio Braziliense* 18/10/1972, p.2) anuncia a criação da CreUnB.

Dentro de mais alguns dias, as mães solteiras e casadas, alunas da Universidade de Brasília, poderão assistir tranquilamente suas aulas, sem se preocupar com os filhos porque a Reitoria está empenhada na criação de uma creche no campus. A implantação da creche está sendo orientada pela esposa do Reitor Amadeu Cury, D. Gilda Cury, que se sentiu penalizada com a situação de algumas estudantes, impedidas constantemente de assistirem suas aulas por terem de cuidar de seus filhos. Da. Gilda Cury explica que a creche terá, inicialmente, capacidade para acomodar 40 crianças, de idade variável entre três e quinze meses. Será assistida por um grupo de estudantes e professores de psicologia, serviço social e pediatria. (*Correio Braziliense* 18/10/1972, p.2)

Em *Uma creche para UnB* o leitor é informado que uma creche está sendo construída na Universidade de Brasília, para filhos de funcionários e professores, no antigo prédio da FAUnB, e que a creche deverá funcionar a partir de julho, sendo que as crianças seriam assistidas por pessoal especializado: pediatras, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais etc., com a participação de estudantes da Universidade. (*Correio Braziliense*, 28 /01/1973, s/p).

Como ponderam Lopes e Vieira (2014), às creches universitárias, não nasceram com a intenção de relacionar pesquisa e extensão, salvo poucas exceções. E foram frutos das reivindicações femininas. A reportagem intitulada *Creche* anuncia a inauguração das instalações da Creche da Universidade de Brasília, que tem capacidade de atendimento para cerca de 40 crianças, que sejam filhos de professores, alunos e funcionários. (*Correio Braziliense*, 16/01/1974, p.15).

Para Palmen (2017) a creche no local de trabalho traria como vantagem a conciliação dos horários, entre o expediente e o turno da creche o que não ocorreria nas tradicionais.

A creche no local de trabalho possibilita a conciliação entre o horário de trabalho e o horário de funcionamento da creche, o que não é possível de modo geral quando tratamos de creches públicas municipais, conveniadas ou particulares. (Palmen 2017, p.4)

É dentro desse quadro que as creches no interior das universidades nasceram, visando atender a essa necessidade dos trabalhadores e trabalhadoras, ainda que inicialmente focaliza se apenas as salas de amamentação, como determina o referido texto da CLT, a qual determinava as empresas com mais de trinta funcionárias, maiores de dezesseis anos, deveriam ter locais para os filhos das trabalhadoras.

A reportagem *Um trabalho comunitário* conta um pouco do projeto da creche em uma entrevista com Gilda Cury, esposa do reitor Amadeo Cury. Explicado sobre o funcionamento da creche, traz em sua entrevista que a creche não foi feita para fazer caridade, mas sim ajudar as mães nos cuidados como os filhos. (*Correio Braziliense*, 18/01/1978, p.18). Porém, em 17/08/1978 a notícia do fechamento da CreUnB, aparece na coluna Visto, Lido e ouvido de Ari Cunha.

CRECHE AMEAÇA - A Universidade de Brasília resolveu demolir o prédio onde funcionava a creche, sob a alegação de que era de madeira, e ameaçava as crianças. E, ao mesmo tempo, anunciou que tem verba para construir outro. Não precisa entender muito de administração, para ver que se o interesse fosse atender às crianças, nove meses a mais no prédio antigo não alterariam tanto, e seria ainda mais um estímulo a que se apressasse a construção nova. A propósito, o Reitor José Carlos Azevedo lançara por estes dias, seu livro "Omissão da Universidade", que nada tem a ver com o caso, certamente. (*Correio Braziliense*, 17/08/1978, p.3).

Além da creche da UnB, a Universidade do Distrito Federal – UDF aparece no jornal na nota *Creches na Universidade* (*Correio Braziliense*, 05/03/1975 p.2), preocupados com a situação dos alunos com filhos, e indicando a criação de creches para as crianças dentro da instituição.

Há oito meses o reitor da Universidade do Distrito Federal mandou fazer um levantamento dos alunos de escola e verificou que havia 204 casais matriculados. Uma nova pesquisa revelou que a grande maioria desses casais não assistia todas as aulas, mas somente a metade delas e em dias alternados. Quis saber a razão e verificou que se tratava de dificuldade com os filhos. Quando o marido comparecia a esposa ficava em casa cuidado dos filhos e vice-versa. O reitor então resolveu mandar construir uma creche no próprio colégio onde os pais deixarão seus filhos durante as aulas pagando por cada criança apenas 10 cruzeiros. Por mês, isto é, um valor simbólico. Essa creche será inaugurada no próximo dia 20 (*Correio Braziliense*, 05/03/1975 p.2)

As creches nesse ambiente seria a consolidação dos direitos, como explicam Palmen e Esteves (2014), as creches no interior das universidades representam a luta das mulheres pela consolidação de direitos, buscando na educação infantil o apoio para a emancipação e superação dos padrões patriarcais colonialistas que atribuem a mulher-mãe a responsabilidade pela educação e cuidado das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término dessa etapa investigativa e interpretativa é importante retomar que o objetivo aqui delineado foi analisar a configuração das creches no Distrito Federal com o intuito de identificar se ocorreu um movimento de luta por creche, semelhante ao existente em outros estados brasileiros. Para tanto, tomou-se como fonte o jornal *Correio Braziliense*, com as notícias e reportagens sobre creche publicadas ao longo da década de 1970. Visando dar conta dessa intenção central, o primeiro capítulo tratou do contexto histórico, com um mapeamento dos estudos científicos que se voltaram para a constituição das creches, por meio da intervenção de movimentos sociais e de mulheres, com análise da luta por creche no cenário brasileiro, nas décadas de 1970 e 1980. Os trabalhos acadêmicos encontrados sobre o tema creche demonstram que muito tem se falado de creches no Brasil, principalmente de sua reconfiguração como espaço de direito das crianças filhas de mães trabalhadoras que não tinham onde deixar seus filhos e sobre os movimentos de lutas, por meio de recortes municipais e estaduais. Esses trabalhos foram fundamentais para este trabalho, auxiliando a entender o cenário onde as creches surgiram e com isso compreender os rumos que ela tomou. Porém, trabalhos sobre a creche no Distrito Federal ainda são poucos, o que inviabiliza um possível diálogo entre os dados encontrados neste estudo com os evidenciados por outros autores.

No jornal *Correio Braziliense*, a creche aparece como reivindicação de mães, todavia, a luta por creche de maneira direta não foi tema de nenhuma reportagem. Porém, podemos encontrar alguns relatos de mães que reivindicavam lugares para os seus filhos. O que poderia significar que as mulheres estavam sentindo a necessidade de creches para seus filhos. Mesmo não comparecendo nos jornais uma aclamação por creches vindo das mulheres de Brasília, a presença feminina em serviços públicos ou empresas privadas demandava a construção de creches nesses espaços, o que possibilita aqui indicar que sua voz silenciosa operava mudanças ou, se não, que sua presença era importante nesses espaços ao ponto de seus gestores tomarem sua necessidade como pauta a ser contemplada e publicada no jornal.

Os filhos das mães trabalhadoras no Distrito Federal tinham como opção as creches privadas, institucionais e as filantrópicas. Foi possível encontrar nos classificados anúncios de creches privadas, entre elas algumas davam destaque ao

pedagógico para atrair os responsáveis. As creches filantrópicas aparecem muitas vezes relacionadas a eventos beneficentes nas páginas sociais. Essas instituições eram mantidas por instituições religiosas. Foi possível perceber na pesquisa que os traços de assistencialismo aos mais pobres ainda se mantinha na década 70 no Distrito Federal.

Apesar do objetivo aqui traçado ter sido cumprido, é possível destacar que o tema creche, embora muito pesquisado, não se esgota. Ele pode ser pensado em vários aspectos além do surgimento e demanda por creche, através de linhas de pesquisas que realizam recortes regionais para compreender de maneira mais clara o cenário do país. Seria interessante, pensando sobre a creche em Brasília, que outros estudos investissem no detalhamento desse atendimento, percorrendo as características sócio-econômicas e as práticas realizadas ali pelas professoras, que eram apresentadas como especialistas nos anúncios de algumas creches privadas. O que era considerado ser uma especialista? Era ter formação realizada na Escola Normal? Era ter cursos específicos? Vale a pena investir em documentos disponibilizados no acervo do Arquivo Público do Distrito Federal, cujo movimento aqui não foi possível, apesar de previsto, devido ao Novo Corona Vírus e a pandemia de Covid-19, que proibiu o funcionamento do referido, inviabilizando a necessária pesquisa presencial. Diante disso, fica aqui o convite para outras pesquisas e, conseqüentemente, novos diálogos travados com este estudo, o que permitirá uma ampliação da história da creche no Distrito Federal.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Beatriz Carma Lima de. A Instituição creche: apontamentos sobre sua História e papel. Nuances, Vol. VII, setembro de 2001. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/133/181>

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ARENHART, Deise; GUIMARAES, Daniela; SANTOS, Núbia Oliveira. Docência na Creche: o cuidado na educação das crianças de zero a três anos. **Educ. Real.** Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1677-1691, out. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217562362018000401677&lng=en&nrm=iso Acesso set. 2020.

BACH, Eliane Loreni. PERANZONI, Vaneza Cauduro. A história da Educação Infantil no Brasil: fatos e uma realidade. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires - Ano 19 - Nº 192 - Maio de 2014. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd192/a-historia-da-educacao-infantil-no-brasil.htm> Acesso em nov. 2020.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira, Flores, Maria Luiza Rodrigues e Silva, Marta Lúcia da. A luta das mulheres por igualdade passa pelo direito dos bebês e das crianças bem pequeninhas à creche de qualidade. Anped, 06 de março de 2018 Disponível em: <https://anped.org.br/news/luta-das-mulheres-por-igualdade-passa-pelo-direito-dos-bebes-e-das-criancas-bem-pequeninhas> Acesso em nov.2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, SEB, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf Acesso em nov. 2020

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, disponível em https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp Acesso em nov. 2020

BRASIL. Decreto-lei n. 2.024, de 17 de fevereiro de 1940. Fixa as bases da organização da proteção à maternidade, à adolescência e à infância em todo o País. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 23 de fevereiro de 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2024-17-fevereiro-1940-411934-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em nov.2020

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei no 8.069, de 13 de junho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em nov. 2020

BRASIL, IBGE. Censo Demográfico, 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=769>
Acesso em nov. 2020

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 4.024, DE 20 de dezembro de 1961. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm Acesso em nov. 2020

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em nov.2020

CAMPOS, M. M. A mulher, a criança e seus direitos. Cadernos de Pesquisa, v. 106, p. 117-127, 1999.

CAMPOS, M.; PATTO, M. H. N., MUCCI, C.- A Creche e a Pré-Escola - in Caderno de Pesquisa - São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 39: 35-42, nov. 1981.

CORREIO BRAZILIENSE, Casa do Candango. 10/01/1970 p.7. (HDBN)

CORREIO BRAZILIENSE, Casa do Candango Ceilândia, 06/03/1971 p.11 (HDBN)

CORREIO BRAZILIENSE, Instalação da creche da UnB. 18/09/1972 p.17 (HDBN)

CORREIO BRAZILIENSE, UnB: Mães solteiras tem creche. 18/10/1972p.2 (HDBN)

CORREIO BRAZILIENSE, Uma creche para UnB. 28/01/1973 s/p (HDBN)

CORREIO BRAZILIENSE, Inauguração da Creche UnB. 16/1/1974 p.15 (HDBN)

CORREIO BRAZILIENSE, Nova Creche. 17/01/1974 p.11 (HDBN)

CORREIO BRAZILIENSE, Os problemas das mães que trabalham fora. 13/02/1974 p.5 (HDBN)

CORREIO BRAZILIENSE, Creches na Universidade. 05/03/1975 p.2 (HDBN)

CORREIO BRAZILIENSE, Comerciantes do DF querem creche e pensionato. 27/09/1975 p.10 (HDBN)

CORREIO BRAZILIENSE, Creche no Trabalho uma ideia de Prieto. 8/11/1975 p.10 (HDBN)

CORREIO BRAZILIENSE, Irma Prieto, a Luta Pelo direito das Mulheres. 06/02/1976 p.09 (HDBN)

CORREIO BRAZILIENSE, Onde deixar meus filhos? 30/03/1976 p.04 (HDBN)

CORREIO BRAZILIENSE, Creches proliferam no DF sem a menor fiscalização. 08/04/1976 p.14 (HDBN)

CORREIO BRAZILIENSE, Deficiência das creches uma dor de cabeça para mães. 04/07/1976 p.14 (HDBN)

COSTA, Maria Aparecida. A educação infantil em Goiás: percursos e contradições nas décadas de 1980 e 1990. 2016. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio...para onde vai. **Em aberto**, Brasília v.18. n. 73. p. 11- 27, jul. 2001.

FARIA, Ilza Fernandes. História Da Creche Municipal Em Sorocaba. 2015 183 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SOROCABA, Sorocaba Biblioteca Depositária: Biblioteca Aluísio de Almeida.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica. Educação & Sociedade. Centro de Estudos Educação e Sociedade - Cedes, v. 26, n. 92, p. 1013-1038, 2005.

FERNANDES, Andreia Gasparino. Organização e planejamento da rede pública municipal de ensino na oferta de vagas para creches, 2017. 155 f. Mestrado Profissional em Processos de ensino, gestão e inovação Instituição de Ensino: Universidade De Araraquara, Araraquara Biblioteca Depositária: Universidade De Araraquara - Uniara

FERNANDES, Priscila Dantas; OLIVEIRA, Kécia Karine S. de. "Movimento higienista e o atendimento à criança." 2012 disponível em <http://simposioregionalvozesalternativas.files.wordpress.com/2012/11/priscila-movimento-higienista-e-o-atendimento-c3a0-crianc3a7a.pdf> Acesso em nov.2020

FERNANDES, Fernanda da Silva. Projetos político-pedagógicos das creches conveniadas: análise à luz das orientações da Secretaria de Estado de educação do Distrito Federal. 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/22679> Acesso em nov. 2020

FREIRE, Maria Martha de Luna. A puericultura em revista. Physis, Rio de Janeiro , v. 24, n. 3, p. 973-993, Set. 2014 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312014000300973&lng=en&nrm=iso>. Acesso em nov.2020

FREITAS, Gisele Karolina Nascimento de. Os processos de alimentação na educação infantil: estudo de caso sobre a prática no ambiente escolar com crianças de três anos. 2019. Acesso em nov. 2020

FURTADO, Michelle Abreu. Concepções de ... 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) —Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

FURTADO, Ana Paula Azevedo. Avaliação na educação infantil: as práticas avaliativas em creches e pré-escolas municipais de Fortaleza na perspectiva das professoras. 2016. 179f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2016.

Gil, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. Editora Atlas. São Paulo.2008

GOHN, Maria da Glória. Lutas e movimentos pela educação no Brasil a partir de 1970. Eccos – Revista Científica, v.II, nº1, p. 23-38, jan-jun. 2009

GOIS, Paula Rodrigues Oliveira. O processo de inclusão na creche. 2015 64 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GUIMARÃES, Daniela; ARENARI, Rachel. Na creche, cuidados corporais, afetividade e dialogia. Educ. rev., Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100155&lng=en&nrm=iso Acesso em set. de 2020

GUTIERREZ, Eduardo Alfonso Andrade. A ação pedagógica dos monitores que atuam nas creches conveniadas com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal: equilíbrio entre o educar e o cuidar. 2018. 54 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Acesso em setembro de 2020

KRAMER, Sônia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1992

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental. Educ. Soc., Campinas, v. 27, n. 96, p. 797-818, out 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300009&lng=en&nrm=iso Acesso em nov.1920

KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 14, p. 5-18, ago. 2011.

KUHLMANN JR., M. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, n.78, p. 17-26, 1991.

KUHLMANN JR., M. Infância e Educação infantil uma abordagem histórica, 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2007

LEAVY, Pía. Entre las fincas y la escuelita bíblica... o policial. Un análisis etnográfico sobre el cuidado infantil en contextos rurales de Orán, Salta. Runa, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 40, n. 2, p. 75-91, jun. 2019 . Disponível em:

[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-96282019000200075 &lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-96282019000200075&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em setembro de 2020

LUC, Jean-Noël. L'invention du jeune enfant au XIX siècle. De la salle d'asile à l'école maternelle. Éditions Belin, mai, 1999.

MARCÍLIO, M. L. História Social da Criança Abandonada. São Paulo, SP: Hucitec, 1999

MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. Hist. cienc. Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, p. 15-34, Dec. 2011 .

MOSTI, Samantha Lemos. O auxiliar na educação infantil: mero assistencialista ou profissional necessário. 59 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

OLIVEIRA, Olinto. **A casa da criança**. Imprensa Oficial. Rio de Janeiro, 1946

OLIVEIRA, Zilma de M. R. de; et al. **Creches**: crianças, faz de conta & cia. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória. Revista da Faculdade de Educação, São Paulo, v. 14, n. jan/ju 1988, p.

43-52, 1988. Disponível em: <
<http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33402/36140> Acesso em nov.2020

PACHECO, Ana Lucia Paes de Barros; DUPRET, Leila. Creche: desenvolvimento ou sobrevivência? *Psicol. USP*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 103-116, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642004000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em dez. 2020.

PALMEN,, Sueli Helena de Camargo e ESTEVES, Vivian Colella. A constituição das creches nas universidades públicas estaduais paulistas: as relações de gênero e os direitos da mulher e da criança pequena - a busca por novas práticas. *Revista Zero a Seis* - v. 20 n. 37 p.58-75 2018 Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/issue/view/2573> Acesso em nov.2020

PALMEN, Sueli Helena de Camargo. A implementação de creches nas Universidades Públicas Estaduais Paulistas. 2004. 270f. Tese (doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2004.

PEREIRA, Agnes Miyashiro. Educação em e para os direitos humanos em creche: algumas reflexões e propostas de atuação. 2015. 53 f., il. Monografia (Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

PEREIRA GARCIA GALVAO, Dulce Maria. La enfermera en Guarderías/ Jardines de Infância: perspectiva de los profesores de una Escuela Superior de Enfermería. *Enferm. glob. Murcia*, v. 17, n. 51, p. 368-405, 2018 . Disponível em <http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1695-61412018000300013&lng=es&nrm=iso>. Acesso em set. 2020.

PEREIRA, Mónica Dias; AZEVEDO, Nair Rios; BRITO, Ana Teresa. Qualidade na creche: um estudo de caso múltiplo em Portugal. *Cad. Pesqui.*, São Paulo , v. 48, n. 167, p. 330-355, Mar. 2018 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742018000100330&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Set. 20

RAUPP, Marilena Dandolini. Creches Nas Universidades Federais: Questões, dilemas e perspectivas. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 86, p. 197-217, abril 2004

ROCHA, Luana de Paula; GARCIA, Teise de Oliveira Guaranha. Atendimento educacional em creches conveniadas: estudo sobre oferta de vagas no município de Ribeirão Preto. 2015. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

ROCHA, José Fernando T. Rocha, Heloísa Helena P. De criadeira a fazedoras de anjos: as amas de leite e a criança desvalida sob o olhar da medicina. In: Mota A, Marinho MGS MC (Org). Práticas Médicas e de Saúde nos Municípios Paulistas: A história e suas interfaces. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: CD.G Casa de Soluções e editora, 2011.

RODRIGUES, Rute Cristina. O que os bebês fazem na creche? 2018. 51 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

ROSEMBERG, Fúlvia. A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares. Cad. Pesquisa. São Paulo, p.21-30 n. 82 1992

ROSEMBERG, FÚLVIA. Temas em destaque – Creche. São Paulo: Cortez Editora e Fundação Carlos Chagas, 1989.

ROSEMBERG, F. Crianças e adolescentes na sociedade brasileira e a Constituição de 1988. In: OLIVEN, R. G.; RIDENTI, M.; BRANDÃO, G. M. (Org.). A Constituição de 1988 na vida brasileira. São Paulo: Aderaldo & Rothschild. ANPOCS, 2008. p. 296-333.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. Cadernos de Pesquisa, (51), p. 90-103, 1984.

ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990. Cad. **Pagu, Campinas**, n. 16, p. 151-197, 2001. **Disponível em:** <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Dez. 2020

SANTOS, Kelly Bispo dos. As interações professora/bebê/objeto na creche: o bebê em evidência. 2017. 45 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, Simone Oliveira de Andrade. A educação infantil no Brasil: desenvolvimento e desafios ao longo da história. Cadernos Cenpec | Nova série, [S.l.], v. 4, n. 1, dez. 2014. ISSN 2237-9983. Disponível em:

<<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/280>>.

Acesso em: 03 dez. 2020

SIMIANO, Luciane Pandini. A documentação pedagógica como narrativa peculiar na creche. Pro-Posições, Campinas, v. 29, n. 3, p. 164-186, Set. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072018000300164&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Set. 2020

SOUZA, Solange Jobim. KRAMER, Sonia. Educação ou tutela? A criança de 0 a 6 anos. São Paulo: Loyola, 1987.

SPADA, Ana Corina Machado. Processo de criação das primeiras creches brasileiras e seu impacto sobre a educação infantil de zero a três anos. Revista Científica Eletrônica de Pedagogia – n.5, 2005.

TELES, Maria Amélia de Almeida; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Orgs.) Por que a creche é uma luta das mulheres? Inquietações femininas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. 295p.

TELES, Maria Amélia de Almeida; A participação feminista na luta por creches! In: Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora / Daniela Finco, Marcia Aparecida Gobbi, Ana Lúcia Goulart de Faria (organizadoras). – Campinas, SP: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas - FCC, 2015.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

TURINA, Keli Fernanda Rucco. Escola Maternal: história, assistência e escolarização da infância em Curitiba (1928-1944). Dissertação (Mestrado em Educação), Curitiba, UFPR, 2010. 139f.

VIEIRA, Livia M. F. Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). Caderno de Pesquisa: publicação da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 67, p. 3-16, nov. 1988.

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de et al. A Produção Científica Nacional na Área de Educação Especial e a Creche. Rev. bras. educ. espec. Bauru , v. 24, n. 4, p. 619-636, Dec. 2018 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000400619&lng=en&nrm=iso>. Acesso em set. 2020.